

A VOZ DE

MELGAÇO



TAXA PAGA
MAXIMINOS - BRAGA
PORTUGAL

DIRECTOR: JÚLIO HILARIÃO VAZ
ANO XLIX — Nº 1018
15 de Novembro de 1994

QUINZENÁRIO

PUBLICA-SE NOS DIAS 1 E 15

Preço Avulso — 80\$00
Tiragem da última edição
1.800 exemplares



PORTE PAGO

Turismo em Melgaço

Que se tem feito por ele?

As terras do interior português buscam no turismo e na reconversão do seu habitat com toda a riqueza etnográfica, e outras, a melhoria da sua gente, para se poder falar em progresso.

O Alto Minho, em cuja zona se inclui Melgaço e o seu concelho, foi assim noticiado no jornal «Tribuna Pacense» em artigo titulado «A problemática do Turismo do Norte de Portugal»:

«Abordando, mais propriamente o Norte de Portugal, vê-se que é uma região onde a vida natural ainda mantém muitas potencialidades e julgamos possível inverter muitas acções que vêm sendo desenvolvidas com manifestos prejuízos para o ambiente e a qualidade de vida das gentes que aí se fixaram. É o caso do Vale do Lima, onde há grandes potencialidades sócio-culturais que mal foram postas a descoberto pelos grandes operadores económicos, turísticos e culturais. Alguma coisa se começou já a fazer, nesta Região, mas muito mais há para fazer, sem, no entanto, se deixar de cumprir normas especiais de defesa e preservação das condições sócio-culturais, ambientais e espirituais».

Fala-se, também, muito no Vale do Minho, e, oxalá, os municípios e mais responsáveis desejem fazer um trabalho de conjunto, e em conjunto, sem o que andam todos a brincar com Turismo.

O jornalista inglês Colin Maddock andou por terras do Alto Minho e foi à serra, e no planalto de Santo António de Vale de Poldras ficou extasiado com as raridades ecológicas com que deparou.

O município de Cabeceiras de Bas-

to pensa levar avante o Turismo de Montanha na aldeia Moinhos de Rei, que dista 12 quilómetros da sede do concelho. Pretende aproveitar os moinhos históricos, ali existentes, desde o reinado de D. Dinis, o bosque de arvoredo que enobrece a região, e o aproveitamento de uma escola em pedra exposição/venda do artesanato local.

E em Melgaço? Que temos? Que se faz? Que se projecta?

Para já não se cuida de tornar conhecida a nossa terra no plano turístico.

Fomos em Agosto ao Peso, para vermos as Termas. Eram os últimos dias do mês. O espaço entre a estrada que desce para as Termas, a ponte que dá passagem para a fonte termal, e o Bar existente era uma nuvem de pó sempre que chegava um automóvel.

Assim se recebiam os hóspedes em tratamento, e os turistas!...

No dia 30 de Agosto fomos a Castro Laboreiro e almoçamos no restaurante «Miradouro». Éramos quatro à mesa.

Pessoa desconhecida abeirou-se e entramos em conversa. Era um sacerdote de Arganil, distrito de Coimbra, que passara uns dias de descanso no Sameiro, em Braga, e viera a Castro.

O charmariz fôra o «cão de Castro» bem conhecido, disse. E não conhecia mais nada: nem a História, nem o Castelo.

A conversa continuou, e disse-nos que ia descer para a Vila de Melgaço.

Perguntado se não visitava monumentos existentes, respondeu-nos que não sabia que existiam.

Lembramos-lhos — Orada, Fiães e Paderne —, tomou nota e visitou-os...

No mês de Setembro voltamos ao Alto Minho, fazendo este percurso: Braga, Lindoso, Bande e Celanova, onde almoçamos, e demos uma fugida a Ourense, donde regressamos para ir a Castro Laboreiro e à Peneda, com o regresso por Soajo.

No «Miradouro», um casal, desconhecido, saudou-nos. Não entablamos conversa.

Aconteceu, porém, que nos voltamos a encontrá-lo num Mirante do Miradouro, entre Peneda e Soajo de amplitude e beleza indescritíveis. Decidi conversar, pedindo o favor da identificação. Era uma professora catedrática, na Universidade de Lisboa, casada com um belga, em viagem pelo Alto Minho, acompanhados pelo Presidente da Cooperativa Agrícola de Monção (Vinhos).

A senhora catedrática gostara da Vila de Melgaço e confessou que almoçaram bem no Pegaso. Perguntei-lhe, como já o fizera ao sacerdote de Arganil, se visitara os monumentos existentes. Disse que não, porque os desconhecia.

Mostrou-se, no entanto, tão embriagada com a beleza do Alto Minho que afirmou voltar, e com demora. Li em jornal de Lisboa que se iam organizar circuitos turísticos no Alto Minho para conhecer o românico existente.

O Turismo pede paisagem, e temo-la bela, pede boa mesa, e existe uma mesa magnífica, pede arte, e abunda entre nós, e temos cenários únicos de esplendor e de natureza virgem.

E não temos Turismo. Por que razão?

Porque estamos muito distantes, estamos na periferia?

Porque ainda não há acessos?

Porque não é conhecida, devidamente reclamada, a beleza, a riqueza, a arte da nossa terra?

Porque se não pensou, a sério, no Turismo, o qual jamais existirá, sem uma coordenação dos quatro concelhos do Alto Minho: Melgaço, Monção, Arcos e Ponte da Barca?

Porque se prefere o amadorismo ao realismo?

Porque se busca a vaidade pessoal e não o orgulho da terra e da sua gente? Por impropriedade para estudar a realidade turística e lhe dar execução?

Porque se pretende a acção individual ao esforço conjunto?

O senhor Padre Justino da Vila de Melgaço passa a viver em casa própria na Vila de Melgaço

No dia dois deste mês de Outubro foi o render de armas daquele que foi pároco zelosíssimo durante cinquenta e oito anos, sendo oito na paróquia da Miranda, Arcos de Valdevez, e cinquenta na Vila de Melgaço. Deixou saudades na primeira, não podendo descrever-se o que se passou nesta última, apesar de continuar a viver entre os admiradores das suas virtudes.

O Senhor Padre Justino destacou-se nos Seminários de Braga pela virtude e pelo saber. Foi admirado e conhecido pelo padre bom nas freguesias que parou e foi e continua a ser o padre modelar em todo o concelho de Melgaço e bem assim nas Dioceses de Braga e de Viana do Castelo. É um dos padres mais cultos do concelho e dos que tem maior Biblioteca com obras de autores contemporâneos mais distintos. A acção pastoral estendeu-se a todos os paroquianos sem distinção de credo ou de bens. Ensinou com a palavra, sempre apropriada, e com o exemplo intocável. Foi e continua a ser o bom Samaritano que a todos acolhe com fidalguia e distinção, embora com a simplicidade que lhe é própria.

Quando tomou conta da paróquia de Santa Maria da Vila de Melgaço, vinha ainda a coxear em virtude de uma operação a uma perna. Não encontrou residência paroquial, ou melhor: encontrou as paredes daquela Casa que tinha sido residência paroquial em Melgaço, paredes escarnadas por um incêndio deflagrado já em tempos passados.

Acolheu-se num salão arrendado, sem condições indispensáveis para a vivência dum pároco. Além de alguns móveis trazia uma égua de qualidade e um porco, já sebadado. Porque em Melgaço não teve onde acolher estes animais, teve de os levar a outra aldeia a guardar.

Contavam os vizinhos e paroquianos, agora da Vila de Melgaço, que, na matança do porquinho, que por acaso era um animal corpolento e de estimação, soube repartir com

os carenciados, com tanta generosidade que parecia não ficar com nada para ele.

Iniciou logo os trabalhos para a reconstrução da residência paroquial onde viveu na sua simplicidade até agora. Apesar de ter sido professor no Colégio da Barbosa, onde sempre foi respeitado e acarinhado, não conseguiu amealhar dinheiro, nem comprar um carro para as suas viagens. Simplesmente teve uma pequena motorizada. Para as deslocações teve sempre o carro do amigo e colega Esteves de Rouças à sua disposição.

Não sabia dizer não aos convites para ajudar em confissões, festas ou funerais. Simplesmente não gostava de saídas ao domingo para assim atender bem os seus paroquianos.

Foi confessor de muitas pessoas que de passagem pela Vila pediam a fineza de as atender na reconciliação com Deus ou na escalada da perfeição.

Agora, ao terminar dos seus serviços pastorais por obrigação, quis ficar com os seus ex-paroquianos no resto da vida que permita Deus que ainda seja longa e próspera. Para isso comprou uma casa, grande ou pequena, onde possa viver dignamente. Para o pagamento da mesma, vendeu a casa de seus pais em Parada do Monte, ajudando-o a sobrinha, que sempre o amparou e consolou durante a sua vida paroquial, com a parte que lhe pertenceu na venda da casa de seus pais.

Estou certo que dentro das suas possibilidades será uma ajuda forte na paroquialidade daquela que foi sua paróquia e que agora deixou devido à sua avançada idade.

Também me esquecia de dizer que foi arcepreste, missão essa que exerceu com amabilidade e sem vaidade.

Nunca comprometeu qualquer colega e a todos ajudava a resolver dificuldades no cumprimento da sua missão.

A. Domingues

Atenção, emigrantes:

Os emigrantes que decidirem fixar residência em Portugal, podem legalizar os veículos automóveis com benefício fiscal, ou seja, com direito à isenção do imposto, desde que apresentem o pedido de legalização na alfândega da área de sua residência, no prazo de 12 meses contados a partir da data do cancelamento da residência no estrangeiro.

A circulação dos automóveis com matrícula estrangeira, decorridos 6 (seis) meses após a chegada ao território nacional sem o pedido de legalização, passa a infringir a lei.

Júlio Vaz

Da Vila e Concelho

Abelardo Fernandes Reinales

Acompanhado de sua esposa Sra. D. Olinda Marinho Fernandes Reinales e filha Sra. D. Maria do Carmo Marinho Reinales, esteve nesta vila, em viagem de rotina, o nosso amigo Sr. Abelardo Fernandes Reinales, conceituado comerciante e industrial, no Estado de São Paulo - Brasil, onde está radicado há quarenta e quatro anos, natural da freguesia de Padrenda, fronteira Luso-Galaica.

A todos os nossos cumprimentos.

Aniversário

Festizou o seu aniversário natalício a Sra. D. Maria Otelinda da Fonseca Douteiro, esposa do nosso conterrâneo e estimado assinante Sr. António Manuel Douteiro, residentes em Vila Formosa, Estado de São Paulo - Brasil.

Felicidades a aniversariante, com os nossos parabéns e desejos de longa vida.

Aposentação

A lei do limite de idade atingiu agora o nosso bom amigo e conterrâneo Sr. Alfredo Gregório, que cessou as suas funções de agente da Guarda Nacional Republicana, cargo que desempenhou com muito apuro, zelo e competência durante trinta e cinco anos, sem desprestígio da farda que honrosamente envergava, sendo no momento da sua aposentação promovido ao posto de Cabo por distinção, pelos bons serviços prestados à Corporação a que pertencia. Poderia fazer uma descrição bem merecida da sua pessoa, mas a sua reputação é demais conhecida e considerada no nosso concelho, que me dispense de fazer mais comentários.

Lamentamos profundamente a sua retirada do serviço, pois já estávamos habituados à sua amável e pronta maneira de atender sempre que lhe fosse possível.

Ao Sr. Alfredo Gregório, desejamos as maiores felicidades e que Deus lhe dê muita saúde para gozar a sua merecida aposentação junto de sua esposa, familiares e amigos.

Alfredo do Paço

Viagem ao Brasil

Em visita a seus familiares e a fim de tratar de diversos assuntos, deslocou-se ao Estado de São Paulo, a nossa conterrânea Sra. D. Glória Douteiro, onde vai permanecer cerca de dois meses. Desejamos que tivesse feito boa viagem e feliz regresso.

Abertura da Caça

No passado dia 9 de Outubro, abriu o desporto de Santo Humberto.

Logo de manhã cedo, foi a azáfama dos caçadores seguidos dos seus cães dirigindo-se para o monte, em busca de coelhos, lebres, perdizes e ainda outras espécies que lhes aparecessem.

Pena é que mãos criminosas tenham devastado as florestas com fogo o que já é habitual, todos os anos. Pois isso deve ter dado cabo de muitas espécies.

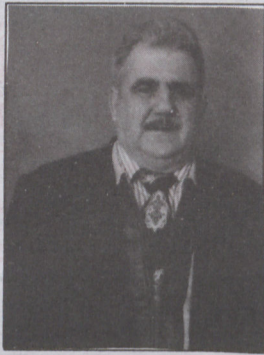
Viagem inesperada

Por motivo de falecimento de seu pai, deslocou-se à sua terra o nosso conterrâneo e estimado assinante Sr. Norberto Trancoso, residente em Elizabett - Estado de New Jersey (U.S.A.) e sua irmã Olívia Trancoso, também nossa assinante residente em França.

NECROLOGIA

José António Trancoso

Rodeado do carinho de seus familiares, faleceu na sua residência do lugar de Crastos, freguesia de Paderne, deste



concelho, o nosso velho amigo conterrâneo Sr. José António Trancoso, de 68 anos de idade. O extinto, pessoa de respeitabilidade e muito considerada no nosso meio, era casado com a Sra. D. Maria Afonso Trancoso, pai dos senhores Manuel Luis Trancoso, Norberto Trancoso (nosso assinante), das senhoras D. Maria Augusta Trancoso, D. Felícia Trancoso, D. Aida Trancoso e da nossa assinante D. Olívia Trancoso, sogro das senhoras D. Maria do Céu Oliveira, D. Aldina Trancoso, dos senhores, Alberto de Sousa, António Rocha, Manuel Afonso Mendes e Armando Pires, irmão do Sr. Lourenço Trancoso e da Sra. D. Maria Trancoso.

O seu funeral realizou-se com grande acompanhamento, seguido de missa de corpo presente a que presidiu o Rev. P.º José Alberto de Sousa.

A toda a família em luto, apresentamos o nosso cartão das mais sentidas condolências.

Alfredo do Paço

D. Maria do Patrocínio Domingues (Mariquinhas da Mariana)

Também no mesmo lugar de Crastos da freguesia de Paderne, faleceu com

a idade de 88 anos a Sra. D. Maria do Patrocínio Domingues (mais conhecida pela Mariquinhas da Mariana), pessoa muito considerada no nosso meio, dadas as suas qualidades de carácter e bondade.

Era mãe do nosso estimado assinante Sr. António Luis Azevedo Domingues, comerciante em Lisboa, casado com a Sra. D. Odete Domingues, e da Sra. D. Maria Lina Domingues. No seu funeral que se realizou com missa de corpo presente a que presidiu o Rev. P.º José Alberto de Sousa, incorporaram-se muitas pessoas vindas de diversas localidades.

À família em luto, apresentamos, sentidas condolências.

Alfredo do Paço

Missa de Sufrágio

No passado 25 de Outubro, foi celebrada missa de sufrágio por alma do Sr. Manuel Botelho, que foi do lugar da Senhora da Graça, desta vila, mandada celebrar pelo seu amigo açoreano José Golar, que trabalhou com ele em Quebec - Canadá.

De Paderne

Dia dos Fiéis Defuntos

Realizou-se no dia 3 de Novembro, o dia dos Fiéis Defuntos, ou «Aniversário das Almas», nesta freguesia. Este ano e à semelhança dos mais anos, esta cerimónia, tem-se vindo a fazer da parte da manhã, excepto quando este dia, cair ao Domingo.

A missa começou por volta das 9.30h.

A chuva não faltou. O mau tempo

que se fez sentir não permitiu que a tradicional procissão, ou romagem ao cemitério, se fizesse. No entanto, o cemitério, encontrava-se limpo e repleto de pessoas, vindas de diversas partes do País, designadamente de Vila do Castelo, Valença, Braga e etc, para prestarem a sua Homenagem aos seus nunca esquecidos familiares já falecidos. As campas estavam cobertas de flores e muitas velas acesas.

Apesar da muita chuva, a Igreja foi pequena para comportar a gente que desejava assistir à santa Missa.

Muitas pessoas, assistiram aos actos religiosos, cá fora com os guarda-chuvas abertos.

Um caso raro: Muito silêncio e respeito. Viam-se lágrimas de dor e saudade, pelos que já partiram deste mundo.

Que Deus os tenha em Eterno Descanso.

O.C.

De Paderne - Peso - Baptizado

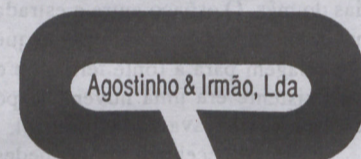
Na Igreja paroquial de S. Salvador de Paderne, foi baptizado um menino, a quem foi posto o nome de Cristiano de Castro Gomes, filho de Manuel António Gomes, Agente da G. N. Republicana no Algarve, e de D. Ana Isabel de Castro, neto paterno de António Gomes e de D. Maria Violanta Rodrigues, e materno de Fernando Pereira de Castro, e de D. Maria Irene de Sousa e Castro. Foram padrinhos: João Manuel Cavaleiro Ponte e D. Célia Quinteiro Cavaleiro, naturais do Algarve. No fim das cerimónias religiosas, uma grande caravana transportava os convidados para a residência dos avós maternos onde foi servido um abundante e bem confeccionado almoço acompanhado de bom verde tinto e delicioso Alvarinho.

Cont. na pág. 3

Serralharia Rodrigues & Sarandão

Possuidora de moderna maquinaria e pessoal apetrechado, realiza com perfeição e em óptimas condições todos os trabalhos da especialidade

Boavista — Roussas — Telefone 43567



Agostinho & Irmão, Lda

Construção e venda de apartamentos, terrenos e lojas

ESCRITÓRIO:

Av. General Norton de Matos, Nº 26 - 1º - Sala 5
Telef. 612287

4700 BRAGA

Dr. Paulo Malheiro

ADVOGADO

Parque Delfim Guimarães, nº 7 - 1º Dto
Telefone 4940478 • 2700 AMADORA

Maria Carolina R.L.A. Dias de Castro

Agente distribuidora dos vinhos do Porto

Av. Dr. António Durães
Telefs. 42302 / 43113 4960 MELGAÇO



Barros
Porto

Dr. Oliveiros Rodrigues

ADVOGADO

Rua Dr. António Durães
MELGAÇO

«JORNAL A VOZ DE MELGAÇO, LDA.»

Proprietária de

«A VOZ DE MELGAÇO»

Director:
JÚLIO HILARIÃO VAZ

Subdirector:
CARLOS NUNO SALGADO VAZ

Redacção e Administração:
Largo da Senhora-a-Branca,
nº 105 - Tel. 25284
4700 BRAGA

Composição e Impressão em Offset:

Litografia A.C.
R. Cons. Lobato, 179 R/C
Tel. 72967 - Fax 612008
4700 BRAGA

Assinatura anual:
2.000\$00



CONSTRUÇÕES GUERREIRO & LIMA, L.DA

constrói - aluga - compra
vende casas e apartamentos
qualidade, bom preço

Escrit. - Rua do Fujacal nº 20 - R/c - Telef. 73337
Resid. - Rua do Pinheiro, 113 - Nogueira - Telef. 683103 - BRAGA

Compre agora e pague em 12 meses

em

Móveis Castelo

de:
Ramiro de Lima A. Cerqueira

Rua das Escolas
Telef. 42695 • 4960 MELGAÇO

Exposição: Rua da Calçada

Cont. da pág. 2

Ao neófito desejo muitas felicidades e aos seus pais, os nossos parabéns.

Assalto ao hotel Ranhada

No dia 23 para 24 do mês findo, o hotel Ranhada foi assaltado pelos ladrões que, entre outras coisas, furtaram também 35 caixas de vinho alvarinho que o produtor senhor Manuel Lira ali tinha guardado.

O dispositivo policial de que este concelho de Melgaço dispõe, é insuficiente para policiar 18 freguesias e, algumas das quais muito distantes. Os ratoneiros têm muita facilidade em vigiar o pequeno efectivo e trabalhar à vontade. Em Melgaço, foi construído um moderno Quartel que se destina à corporação da G.N.R. e que se destinará a um efectivo suficiente de acabar com estes ratos e vândalos que durante parte do dia dormem e espreitam o que não de fazer a cobertura da noite. O novo quartel deve estar para ser inaugurado e guarnecido e, depois, estamos convictos de que os meliantes vão reduzir a sua marcha.

Foi no jornal «A Voz de Melgaço» de 15 de Outubro, que li e reli uma carta do Rio de Janeiro, datada de 11 de Setembro de que é seu autor Armando Augusto Gonçalves. Meu grande amigo Armando Quintela, tenho que te tratar desta maneira porque recordar é viver; não podes calcular a alegria que senti quando li a tua carta e vi que te referiste, entre outras coisas, ao lugar de Várzea, localidade essa onde fomos criados, tu embora mais crescendo um pouco do que o Zé David Sousa, ou D.S. irmão do teu colega de vida militar no Batalhão de telegrafistas na Graça onde fazias serviço na cozinha e, por vezes mimoseaste o meu irmão Mário Gomes de Sousa, que faleceu há poucos anos com o posto de tenente-coronel. Isto que nunca me esquece foi dito por ele próprio.

Através das crónicas do nosso conterrâneo Manuel Igrejas estou pouco mais ou menos informado das tuas andanças. Amigo Armando, sabes quem

esteve cá o ano passado. Foi o Abel do Justino de (Apião) e prometeu vir novamente para 96. Estão a visitar Portugal muitos emigrantes radicados no Brasil há muitos anos, todos se confessam agradavelmente admirados com o progresso quer no domínio urbano habitacional, quer nas vias terrestres. A impressão de todos é positiva, o que nos apraz registar com muita satisfação.

Como deve ser do teu conhecimento os hotéis fecharam devido ao falecimento dos seus proprietários, no entanto, no Peso, temos uma moderna Albergaria de 4 estrelas - Restaurante, grande Residencial com Piscina - e uma grande parte do Peso está ajardinado. Um grande abraço do teu amigo Zé David. Peço que apresentes os meus cumprimentos à tua esposa D. Lourdes.

D.S.

De Paços Dia de Finados

Apesar do mau tempo que se fez sentir naquele dia, a afluência de fiéis ao cemitério desta freguesia foi muito grande, pelo que a Igreja foi pequena demais, para os receber. Vimos gente de longe que tiveram que percorrer várias dezenas de quilómetros, para assim desta forma prestar mais uma vez as suas homenagens, àqueles que lhes foram queridos. Também nos surpreendeu bastante, a presença em todos os actos litúrgicos, de muitos jovens e crianças que quiseram associar-se a tão grande manifestação de dor e de pesar, por aqueles que foram seus familiares e amigos. Belo exemplo o desta rapaziada nova, que apesar da hora incómoda em que se realizaram os actos religiosos, 8.30h da manhã, não hesitaram em comparecer. Parabéns a todos.

Festa das Colheitas

Como já é de tradição, realizou-se no passado dia 30, a tradicional festa das colheitas, que tem por finalidade

angariar fundos para as obras da Igreja, obras estas, que ainda não estão acabadas, devido à falta de dinheiro para acabar de restaurar o fôrro e outras dependências que urge remediar. É que as coisas não duram sempre e é preciso que alguém tome as providências necessárias para pelo menos as conservar.

C.

De Cristóval NECROLOGIA

No hospital de S. João do Porto, faleceu, há dias, o senhor Carlos Fernandes Casaca Velez, ex. funcionário da antiga D. G. de Segurança. Era casado com D. Lucinda Soares de Sousa Velez, cunhado do Dr. Sidónio Soares de Sousa.

O seu funeral realizou-se em auto-fúnebre daquela cidade para o cemitério desta freguesia, onde os seus restos mortais jazem em jazido de família. A todos os seus familiares, em nosso nome pessoal e em o da «Voz de Melgaço» as nossas sinceras condolências.

O Tempo

Este mês de Novembro e logo nos primeiros dias, começou com muita chuva, trovoadas e neve, pelo que parece que voltamos aos tempos antigos em que há um ditado que diz: «Dos Santos ao Natal bem chover melhor nevar». E por hoje é tudo.

C.

«A Voz de Melgaço»
o seu jornal

Divagando

«TEATRO»

Senhoras e Senhores, a «Companhia» de Teatro de Melgaço, superiormente dirigida pelo Grande Vasco, apresenta a mini-peça «V e B em Bicicleta» e, desde já, agradece, tanto os aplausos que vai receber, como os subsídios que nunca lhe foram atribuídos, incluindo as despesas em remendos de câmaras de ar, do veículo utilizado, devido ao mau estado da estrada nacional (devia de ser a N.º 1, porque... Aqui começa Portugal...)

- Música -

Cime-Pelicano apresenta «Um Amor com K»

(Aplausos, Aplausos, Aplausos...)

Ergue o pano

Enário: A Estrada da Vila a Prado. Dum lado, altos muros de pedra, o solar do Gasparinho, mais à frente, o grande portão que dá vista a um largo com grandes árvores, um laguinho no meio, e dois meninos debaixo de um guarda-chuva, os meninos da Dona Albina.

Doutro lado da estrada, um muro baixo, e o verde português de latadas e milho, do barulho do regato e um pôr-de-sol galego.

Actores: V e B

V - Olha p'ra minha máquina!

B - Não lhe falta nada?

V - Ná... Descansa que é sempre a descer, e afinal... Prado é aqui tão perto!

- Música -

B - Chegámos...

V - E inteiros!

- Música -

Cai o Pano

Ergue o Pano (B com um bebé nos braços)

B - É a nossa K, linda, linda... olha este cabelo doirado!

V - K, lhe chamaste? Brincas comigo amor! K é o nome da nossa terra, K é Melgaço em flor!

(Aplausos, Aplausos, Aplausos...)

Cai e Ergue o Pano

Cai e Ergue o Pano

(Aplausos, Aplausos, Aplausos...)

Os Actores não agradecem ao público... estão ocupados com o biberão de K.

K é fruto de uma bicicleta de senhora, pedalada por um homem que carregava em cima das costas, não só Melgaço, não só o Mundo, mas também o Amor.

Amor, algém disse, é Solidariedade

Agradeço imenso ao Manuel Igrejas o seu apontamento sobre o Vasco de Almeida e, desde já, lanço o repto, a partir da «Voz de Melgaço», para que o nome do «Vasquinho da Central» não fique esquecido, antes fique preceptuado numa rua da nossa Terra, porque o Vasco era a Alegria, era o Riso, era a nossa Voz perante o ridículo, o velho, o caduco de Melgaço e de Portugal.

Queluz, 10/94
Carriço

Conjunto Musical

Contacto

O REGRESSO DO VELHO SENHOR

Telef. (051) 42651 - 658 • 4960 MELGAÇO

JOAQUIM RODRIGUES TEIXEIRA & C^a, LDA

Construções de Prédios para Venda
Alta Qualidade a Preços Compatíveis

EM BRAGA:

Escritório
AVENIDA CENTRAL, N.º 54 - 1.º

Telefones
27256 / 25185

COMPANHIA DE SEGUROS



FIDELIDADE S.A.

SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

Mediador: Anselmo Manuel Malheiro

Rua Rio do Porto, R/c • Vila • 4960 MELGAÇO
Escrit. Tel. 44031 - Fax 44031 • Resid. Tel. 42525

Móveis Tropical

DE: Maria Fernanda Golim Fernandes

Telefone (051) 42457
S. Gregório
4960 MELGAÇO



MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS

CANDEIROS QUADROS

COLCHÕES TERAPÉUTICOS
KENKO PATTO
DECORAÇÕES DE INTERIORES

Serralharia Artística

C O D Y

Portas • Caixilhos
Marqueses

(Tudo em Alumínio anodizado)

de: Carlos Alberto Codessa
Granjão - Pademe - Telef. 42244
4960 MELGAÇO

Bento Gomes

Materiais de
Construção Civil

Telef. 42113
4960 MELGAÇO

Manuel Luis
Domingues Rodrigues

PROFISSIONAL DE INSTALAÇÕES
ELÉCTRICAS

Residência e Armazém:
CELA-ROUSSAS • 43191
4960 MELGAÇO

Pela Câmara Municipal

Para que os munícipes possam acompanhar com objectividade a vida da Câmara Municipal, que temos, damos no nosso jornal informações que julgamos oportunas e, até, necessárias.

É que a Câmara está para servir a população concelhia em seus legítimos interesses, sem faciosismo, sem intenções políticas partidárias, com toda a isenção.

Esta a razão por que arquivamos no nosso jornal o que se vai passando pela Câmara e outras instituições locais.

Chamam Novo ao Velho

O último boletim informativo da Câmara de Melgaço traz duas notícias velhas:

1ª Nova estrada Monção-Melgaço-S. Gregório, na 1ª página.

2ª Ponte internacional do Peso, na 4ª página.

Relativamente à 1ª, — Nova Estrada, de Monção a S. Gregório, apesar de vir com enorme atraso — cerca de 10 anos — seria bem vinda se não fossem:

a) A largura da nova via diminuir cerca de 2m em relação à de Valença-Monção. Uma vergonha, que é motivo de chacota para Melgaço. Os de Monção já dizem que os de Melgaço têm vistas estreitas;

b) O troço de S. Gregório à Fronteira é outra vergonha: permanece o mesmo!

— Relativamente à segunda obra, há mais de 10 anos que se anda a falar nela. Nessa altura, era o ferry-boat para Monção e a ponte do Peso em Melgaço.

— Monção já tem o ferry-boat há cerca de 6 anos e está a terminar a ponte internacional. Melgaço ainda não é desta que começa a ponte.

Diz o Sr. Presidente da C. M. de Melgaço que o seu trabalho e com-

petência são reconhecidos pelos seus colegas autarcas do distrito!...

Com estes frutos e a desertificação crescente do concelho, dá mesmo que pensar, a não ser para quem, voluntariamente, gosta de ter «vista curta».

A Justiça da maioria socialista da Câmara Municipal de Melgaço

A maioria socialista concedeu aos funcionários da administração autárquica dois privilégios:

— Consumo gratuito de água pública; e

— Isenção de pagamento de passes escolares para os filhos que frequentam a escola, independentemente de estes estarem no ensino obrigatório ou outro.

— O motivo avançado pela maioria socialista da C.M. para a aprovação de tais benesses em «proveito dos seus» foi que os funcionários da administração autárquica ganhavam pouco e que era dever da Câmara Municipal beneficiá-los sempre que possível.

— Para minimizar os efeitos discriminatórios de tais atitudes os vereadores do P.S.D. propuseram a isenção de passes escolares para todos os alunos do concelho que frequentassem o ensino obrigatório. A maioria P.S. votou contra.

Conclusão: Os desempregados, reformados e outras pessoas que vivem com mais dificuldades do que os «protegidos» da maioria socialista pagam a água, os «protegidos» não.

2) Além de outros, os agricultores que actualmente vivem com muita dificuldade pagam os passes escolares dos seus filhos, os «protegidos» da maioria socialista não pagam.

L.M.

Falemos da freguesia de São Paio...

Sãopaienses, estimados conterrâneos, de cada vez que redijo um artigo para falar da nossa bela e muito querida Freguesia de São Paio, faço-o com o coração aberto, dando total liberdade de expansão aos sentimentos fortes, de alegria ou de tristeza, que ele contém, em harmonia com o conteúdo da minha recitação: triste ou alegre.

No meu artigo publicado no jornal «A Voz de Melgaço», quinzenário nº 1012, com data de 1 e 15 do mês de Agosto do corrente ano, informando-vos do progresso da nossa Freguesia com o abastecimento de água aos domicílios, realçando o referido artigo com fotografias do Tanque-Reserva de água, construído no alto do Monte do Carvalhinho, agradecendo a generosidade dos simpatísimos habitantes do Lugar de Cavaleiro-Alvo — nossos conterrâneos — pelos seus sentimentos de fraternidade e camaradagem, em permitir a exploração de água, nas suas fecundas terras, para a alimentação daquele Tanque-Reserva..., fi-lo com o coração cheio de alegria, entusiasmado, por sentir que as esperanças de termos água em nossas casas, tornavam-se realidade efectiva. Porém, hoje, ao redigir este artigo, sinto-me profundamente triste...

Julguei que todo aquele meu entusiasmo, todo aquele meu regozijo, por ver que o grande problema de falta de água nas casas estava a ser definitivamente solucionado, era compartilhado por todos os meus conterrâneos, Sãopaienses... Mas, tendo conhecimento de que todo o trabalho de canalização, com recipientes bem estudados para receberem e, ao mesmo tempo, distribuírem a água explorada, seja, abastecer os domicílios, sem, por o tanto, prejudicarem a rega das terras de cultivo, tinha sido totalmente destruído por pessoas não concordantes, dei-me conta de que me tinha enganado nas minhas suposições: de que todos os Sãopaienses estavam contentes de tal empreendimento — tão necessário — para be-

nefício da nossa Freguesia...

Para aqueles que, talvez por falta de concentração, na aplicação do pensamento, sobre o meu exposto, não concordam na maneira de proceder para a realização de tal empreendimento, vou narrar-lhes uma história verdadeira, passada entre os habitantes de uma povoação beirã, na província da Beira-Baixa: — Naquela povoação beirã, constituída por um aglomerado de casas mais denso do que o da Freguesia de São Paio, os poucos pontos geológicos susceptíveis de proporcionar boas nascentes de água, tinham sido explorados com o intuito de obter água suficiente para acorrer à grande necessidade de regar as terras de cultivo e abastecimento dos domicílios — Porém, embora o grande esforço e cuidado activo empregado na exploração, as nascentes descobertas não formaram caudal com volume suficiente para recorrer às duas necessidades: abastecer os domicílios e regar as terras, separadamente! E, para cúmulo do desespero dos habitantes daquela povoação, o volume de água corrente da exploração — por motivo de um clima árido e de um terreno agreste — era totalmente absorvido pela terra logo, quase imediatamente, à saída! Não dando, por conseguinte, possibilidades de utilização sem recorrer a um artifício.

Os habitantes da povoação reuniram-se para dialogarem e, duma maneira inteligente, resolverem o problema... Chegaram à conclusão de captarem as nascentes no local das suas fontes naturais, com canalizações adequadas para recuperá-las e reuni-las em conjunto, encaminhando-as para um reservatório sem perda de volume. Daquele reservatório, o volume de água nele contido seria

distribuído para abastecimento dos domicílios e rega das terras de cultivo, alternadamente. Assim, duma maneira inteligente e concentrada, o problema de falta de água naquela povoação foi devidamente solucionado.

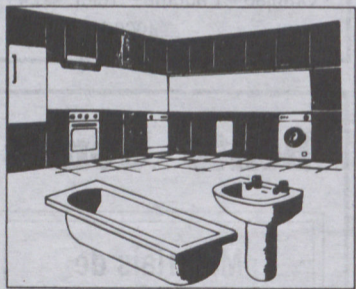
Sãopaienses, haverá pessoas nossas conterrâneas que, certamente, censurarão esta minha exposição de factos, alegando o privilégio que temos de viver numa província de Portugal — Alto-Minho — em que a água predomina, dando-nos a prerrogativa de nos dispensar de tais trabalhos e labirintos... A estes argumentos, poderíamos responder, em forma de pergunta: — imaginemos um ano — ou diversos anos — de seca consecutiva; nesse caso, não será muito mais eficaz o agrupamento das nascentes do que deixá-las dispersas, à deriva, sujeitas aos fenómenos naturais provocados pelo aquecimento da terra: vaporização e deglutição?!

Contudo, se ainda aquelas pessoas não concordantes persistem em não tomar em consideração o meu exposto, podiam ter confrontado, com palavras explícitas, expondo, em diálogo, a sua maneira de pensar, as pessoas que tiveram a amabilidade de permitir a exploração da água nas suas terras, em vez de se porem a destruir um trabalho perfeito, autorizado, e elogiado, pelas entidades administrativas da Câmara de Melgaço.

Estas pessoas — na minha maneira de pensar —, ao destruírem todo aquele trabalho, não contribuíram para o progresso da nossa tão querida Freguesia!... Contribuíram, sim, para o esbanjamento de milhões de escudos, que tanto trabalho deram a angariar! às entidades administrati-

Cont. na pág. 5

António Alberto Pinto de Oliveira



COMÉRCIO DE AJULEJOS,
MOSAICOS,
LOUÇAS SANITÁRIAS,
BANHEIRAS,
TORNEIRAS, ETC.

R. dos Galvões «Viv. Rosita e Oliveira» - Catujal
Telef. e Fax 9412664 • Telemóvel 0676 - 451921
2685 SACAVÉM - Armazém nas Trazeiras

ELECTROVISÃO

Maria Adelaide Fernandes

Agente Oficial das Marcas:
AEG / TELEFUNKEN e GRUNDIG

Assistência Técnica
Venda de Aparelhos
Electrodomésticos

Rua do Rio do Porto
Telf. 42650 • 4960 MELGAÇO



Hotel Carandá

* * *

Praceta João XXI — 4700 Braga
Tel. 612 200 - Telex 32136 - Fax 612 211

Avenida da Liberdade, 96 — 4700 Braga
Tel. 61 45 00 - Telefax 77030

Proprietário e Administrador:

Manuel Rodrigues

Cada cliente, um amigo: cada melgacense, um familiar.

Agência Funerária Orquidea

COM AUTO-FÚNEBRE PRÓPRIO

Fazemos funerais e transferências para todo o País e Estrangeiro. Tudo relacionado com o Funeral e todo o trabalho em flores naturais.

Serviço permanente

Contacte-nos pelos telefones:

Diurno: em Melgaço = 43048
Nocturno: em Alvaredo = 42037

REPRESENTANTE AUTORIZADO DA FIRMA



Campas em Granito e Bronzes

Arte Funerária

Rua Dr. António Durães

DECOR. ALTO.MINHO

DE Manuel Luis Domingues

Cortinados • Varões • Sanefas

Uma casa bem decorada é sinal de distinção e elevação.

Estrada Nacional - Vila • Telf. 43903 • MELGAÇO

Notariado Português
CARTÓRIO NOTARIAL
DE MELGAÇO

«A Voz de Melgaço» 15/11/94

A cargo do Notário, Lic. António Gonçalves de Sousa.

CERTIFICO que, para efeitos de publicação, por escritura lavrada aos 03 de Novembro de 1994, exarada a fls. 1 v^o e seguintes, do livro de Notas para Escrituras Diversas n^o 48-C, deste Cartório, BENJAMIM ANTÓNIO GONÇALVES, solteiro, maior, natural da freguesia de Alvaredo, deste concelho, onde reside no lugar de Maninho, fez as declarações constantes da fotocópia anexa que, com esta se compõe de 3 folhas.

Que, é dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrém, do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO URBANO composto de «MORADIA» de cave, rés-do-chão, primeiro andar e águas furtadas, com a área coberta de cento e vinte metros quadrados e rossios com a área de quinze metros quadrados, sito no lugar de Santo Cristo, da freguesia da Vila, deste concelho, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 856, com o valor patrimonial de um milhão setecentos e vinte e oito mil escudos e ao qual atribui o mesmo valor.

Que o referido imóvel encontra-se

descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o número duzentos e vinte, da freguesia da Vila, mas não tem qualquer inscrição em vigor.

Que não possui qualquer título formal para registar tal imóvel naquela Conservatória.

Que, no entanto, sempre esteve na detenção e fruição do imóvel em causa, durante mais de vinte anos, detenção e fruição estas adquiridas e mantidas sem violência e exercidas sem interrupção, nem qualquer oposição ou ocultação, ou seja, de modo a poderem ser conhecidas por quem tivesse interesse em contrariá-las.

Que, tal posse, assim mantida e exercida o foi em nome e interesse próprios e traduziu-se nos factos materiais conducentes ao integral aproveitamento do imóvel em causa, nomeadamente, usufruindo-o, habitando-o e pagando as respectivas contribuições e impostos.

Que, tal posse, por ter sido pacífica, pública, contínua a durante mais de vinte anos, facultou-lhe a aquisição por usucapião do direito de propriedade em causa.

E que, este direito, dada a sua natureza, não é susceptível de ser comprovado por qualquer título formal.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL. CARTÓRIO NOTARIAL DE MELGAÇO, 04 de Novembro de 1994.

O Ajudante, *Jorge Manuel Martins Rebelo*

«Côca» de Monção vai à Festa de Portugal

A realização do singular combate entre S. Jorge e o Dragão, vulgo a «Côca», que anualmente se trava na Praça Deu-La-Deu, em Monção, por ocasião do dia de Corpo de Deus, vai constituir uma das principais novidades da próxima edição da Festa de Portugal que a Casa do Concelho de Ponte de Lima leva a efeito no próximo dia 5 de Março, em Lisboa.

A demonstração desta característica tradição deste concelho do Alto Minho cujas origens remontam à Idade Média, terá lugar ao princípio da tarde, junto ao Marquês de Pombal, a anteceder o desfile dos agrupamentos folclóricos que vão actuar no Pavilhão Carlos Lopes.

Todos os anos, as gentes de Monção afluem à Praça que ostenta o nome da famosa heroína

Deu-La-Deu Martins para assistir à «côca» a qual, movendo-se pesadamente e com grande estardalhaço, procura desesperadamente fugir a S. Jorge, montado a cavalo e trajado a rigor. Este, envolto numa longa capa vermelha, de calção e bota alta, empunha uma lança ou uma espada, armando-se ainda de elmo e arnês. Como é natural, o combate termina sempre com a vitória do Bem sobre o Mal ou seja, de S. Jorge sobre o Dragão e, com mais precisão histórica, dos portugueses sobre os castelhanos.

A Festa de Portugal tem como um dos seus principais objectivos promover num único acontecimento cultural o que existe de mais genuíno na cultura popular portuguesa, as verdadeiras raízes culturais do nosso povo e todos os seus valores tradicionais.

Falemos da freguesia de São Paio...

Cont. da pág. 4

vas, tanto da Junta de Freguesia, como da Câmara Municipal de Melgaço.

Sãopaienses, estimados conterrâneos, houve tempos em que — mesmo que os habitantes da Freguesia de São Paio tivessem muita vontade — era difícil angariar meios financeiros suficientes para realizar um projecto de tal envergadura. E, agora, na época em que vivemos — mais rica —, em que, com a força de vontade, e a insistência assídua das pessoas duma freguesia — principalmente a dos dirigentes da Junta de Freguesia — junto das entidades governamentais, se conseguem obter receitas monetárias para subsidiar as despesas acarretadas por tudo o que nos é tão necessário como o pão que nos alimenta, dá-nos para destruir! em vez de nos aproveitarmos do benefício... É realmente um crime; um crime contra a sobrevivência humana... Até, estimados conterrâneos, nas canalizações anteriores, realizadas pela Junta de Freguesia precedente à actual, no cume do Monte Baldio, para abastecimento de águas nas casas de alguns lugares da Freguesia, foram encontrados tubos cortados de propósito para provocar a falta de água nas casas dos lugares abastecidos!

Estimados conterrâneos, o meu desejo ardente, do fundo do coração, é de que este meu artigo seja digno de ponderação da vossa parte, para o enriquecimento da nossa tão bela Freguesia de São Paio, e para o bem-estar dos seus habitantes.

Manuel José Simões Durão

Dr. Maria Cândida Fonseca

A D V O G A D A

ESCRITÓRIOS:

MELGAÇO: Largo Hermenegildo Solheiro • Telefone e Fax 44420

PORTO: R. do Cidral de Baixo, 6 - 1^o • Telefone 317200

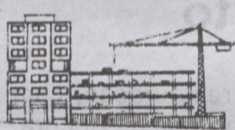
Laboratório Dentário de Melgaço



Na antiga Casa do Povo – Loja Nova

Oferece-lhe agora, a preços excepcionais e com desconto de 10%: Próteses acrílicas, fixas, ortodonzias e esqueléticas.

Consultas: terças e sextas. Sábados (durante a manhã).



António Medela, Lda.

COMPRA E VENDA DE APARTAMENTOS EM MELGAÇO/MOLEDO/BRAGA

Carvalho do Lobo – Roussas • Tel. 45316 (fim de semana)
4960 MELGAÇO Residência: Tel. 44130

Manuel António Ribeiro

SOLICITADOR

Escritórios:

MELGAÇO
Largo Hermenegildo Solheiro – Telf. 42211

MONÇÃO
Av. da Estação/Ed. Chave Douro, 2^o Esq./Frente



CONSTRUÇÕES
Adelino Medela e Filhos, Lda.

«Orgulhamo-nos do que construímos»

CONSTRÓI, COMPRA, VENDE APARTAMENTOS E LOJAS, EM BRAGA E PRAIA DE MOLEDO DO MINHO

Visite-nos na: Avenida Norton de Matos, nº32 • 1^o Dto. • Sala F. (frente aos Correios no Largo dos Penedos) • Tel. 618525 • 4700 BRAGA

DAÑIEL VIDAL

- Tacos • Parquês • Lamparquês •
- Soalho • Forro • Vistas • Rodapés •
- Cortiças •

Fornecimento e Colocação

Agente das Tintas Garpintex

Estrada Rio do Porto • Tel. (051) 44361 • 4960 MELGAÇO

Miraflor

A BOUTIQUE DAS FLORES

Ramos de noiva, ornamentação de carros para casamentos, Decorações de Igrejas, Arranjos de flores frescas, secas e artificiais, Coroas, Palmas, Bouquets, Corações, Etc.

Rua Dr. Afonso Costa • Telefone 44014 — Melgaço



MINHOINVESTE – NO TOP DA CONSTRUÇÃO

João da Costa Pereira de Macedo • Ferreira Dias & Oliveira, Lda.

CONSTRUIMOS E VENDEMOS COM QUALIDADE SUPERIOR
HABITAÇÕES • LOJAS • ESCRITÓRIOS

- “Terraços do Bom Jesus” — Rotunda do Feira Nova – Braga
- “Edifícios Casa Nobre” — Av. 31 de Janeiro – Braga
- “Parque Residencial do Alcaide” — Junto ao Governador Civil – Braga
- “Parque Residencial Monte Carlo” — Rua de Santa Margarida – Braga
- “Edifício Zende Palace” — Esposende

Escritório: Av. da Liberdade, 498 - 1^o Esq. • Telef. 26535 - 616424 • 4700 BRAGA

Forais Melgacenses

Há muitos, muitos anos, passou-me pela cabeça aprender latim e traduzir forais dados à nossa terra por Afonso I e Afonso III; o foral de D. Manuel I está escrito em português, embora para o leitor comum não seja fácil lê-lo sem se atualizar a sua grafia.

Nunca cheguei — por razões alheias à minha vontade — a dominar a língua de Cícero: o que sei não é suficiente para meter ombros a tão árdua tarefa. Assim tive de solicitar ajuda a dois eminentes latinistas: os Padres Henrique Pinto Rema e António Pereira da Silva, que amavelmente traduziram para a nossa língua tão importantes documentos para a História de Melgaço.

Também colaborei nessa tradução, pois conhecendo melhor do que eles o passado do nosso rincão, aqui e ali detectei algumas falhas de pormenor que corrigi, espero, da melhor maneira. Por exemplo: no foral consta «ripa auie»; a tradução correcta seria «riba de ave», não obstante a tradução é «Ribadávia!» Sabemos isso porque no foral do rei venturoso se diz «E deu-lhe outro foral segundo o de Rybadave...».

O Padre Bernardo Pintor publicou, em 1975, uma obra notável que intitulou «Melgaço Medieval»; nesse livro está traduzido o foral do século XII. No final o Padre Pintor informa-nos: «Está escrito em latim deficiente e há dúvida na tradução de algumas expressões. Fiz o melhor que soube e pude.» A minha opinião é esta: o Padre Bernardo traduziu bem o documento, simplesmente omitiu uma pequena frase e não foi feliz na tradução de uma ou outra palavra. Não desvaloriza de modo algum o seu trabalho. Não tenho quaisquer dúvidas que um dia há-de aparecer alguém a pôr defeitos nesta tradução de 1994. Se for para emendar erros, esse alguém seja bem-vindo.

Espero que esta minha contribuição seja bem recebida e estimule os melgacenses a interessarem-se pela História do nosso tão esquecido concelho. Daqui faço um apelo ao Padre Doutor José Marques para não esquecer a promessa que nos fez no seu livro «O Mosteiro de Fiães», pág. 21: «...Cartulário de Fiães, cuja edição programamos». Para quando essa edição, senhor Padre?

1º FORAL

Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amen.

Eu, Afonso, rei de Portugal, com o príncipe Sancho, meu filho, e as minhas filhas infantas Teresa e Urraca, a vós, habitantes de Melgaço, faço carta e escritura da herdade que possui na Terra de Valadares (1), no lugar designado Melgaço.

Eu vo-la entrego com seus termos e lugares antigos, bem como a íntegra metade de Chaviães, por onde apuderdes achar ou reivindicar.

Confio vo-la com a responsabilidade de cuidardes do seu desenvolvimento e de nela morardes, de acordo com o modelo de foral que me solicitastes, ou seja, o do burgo de Ribadávia, pois o achastes bom.

Entendam bem o que vos digo, pois eu quero ser justo convosco.

É este o seu conteúdo:

Cada um de vós pagará, a mim ou ao meu mandatário, pelas vossas casas, um soldo (2) todos os anos; os carneiros pagarão dois soldos, igualmente uma vez por ano: metade depois das festas de natal do senhor, e a outra metade no terceiro dia depois da festa da Assunção de Santa Maria.

Quando o vosso rei visitar a vossa Vila entregar-lhe-eis seis denários (3) para a sua colecta, não mais; se ele aqui vier mais do que uma vez no mesmo ano,

fica ao vosso critério oferecer-lhe o que bem entenderdes.

Do pão e do vinho que produzirdes ou comprardes, bem assim como de todos os tecidos e animais que venderdes ou comprardes, de todas as transacções realizadas entre vós, e das vossas moagens e fornadas, e da vossa almuinha (4), prestai somente contas a Deus. (5)

Aos comerciantes de fora que cheguem com as bestas carregadas de quaisquer produtos, cobrarei um soldo por cavalo ou macho. Entregareis ao vosso rei seis denários por égua, quatro denários por curro e dois denários por peão. (6)

Se algum mercador chegar com fazendas, pode vender toda a carga por grosso, não a retalho, a não ser em dia de feira; e se proceder de outra maneira pagará 30 soldos aos juizes da vossa Vila e ao meu representante. (7)

Por falso còvado (8) e falsificação de toda a medida de pão, vinho e sal, pagará (o falsificador), cinco soldos.

Se aqui vier alguém que queira vender cavalo ou mula, os compradores pela transacção devem pagar: por cavalo um soldo ao hospedeiro (9) e um soldo ao rei; por mula, pague três soldos ao hospedeiro e três soldos ao rei; por égua seis denários ao hospedeiro e seis ao rei; por asno pague três denários ao hospedeiro e três ao rei.

Os moradores da Vila nada pagarão nas compras e vendas, quer sejam efectuadas na feira quer fora dela, excepto: por manto de uma única cor, quatro denários; por saia de uma só cor, dois denários; por manto de pele de coelho (10), quatro denários; por manto listra-

do, dois denários; por saia listrada, um denário. E por capa galega, dois denários; por pele de cordeiro (11), dois denários; por pele de cabra, um denário; por pele de boi, quatro denários, por pele de vaca, dois denários.

Os mercadores de fora, não moradores na Vila, não terão quaisquer isenções.

Se algum de entre vós cometer homicídio, vizinhos que sois uns dos outros, compareça a justiça da Vila com o vigário do rei à porta do homicida e peça-lhe uma caução, a qual conseguida, então exigir-lhe-ão o fiador para o montante de cinco soldos. Apresentado o fiador no prazo de nove dias, restituam-lhe o penhor. Porém, se nos nove dias decorridos isso não acontecer, venham sobre ele os sobreditos (justiça da Vila e representante do rei) e exijam-lhe pelo homicídio praticado cem soldos. Se o homicida não cumprir, o seu fiador pagará cinco soldos, e então o crime recairá sobre a sua casa e herança, e nenhuma punição lhe causem a não ser os seus inimigos. (12)

Se alguém matar outrem furtivamente e puser o cadáver à porta do seu vizinho, ficando sujeito a ser acusado e caluniado, este deverá dirigir-se à Igreja e jurar a sua inocência, alcançando assim a imunidade e a salvação.

Se alguém de fora da Vila vier a esta e tenha com um seu morador inimizade, e não tiver previamente pedido fiança ao seu inimigo, desprezando a assembleia, o habitante da Vila poderá actuar contra o estrangeiro com a ajuda dos seus amigos, e se o ferir com gravidade ou mesmo o

matar, não será responsabilizado perante o rei. Se os que foram chamados não quiserem ajudá-lo, serão penalizados em cinco soldos e responderão perante a assembleia.

O vigário do rei deve morar na Vila. Se alguém o ferir, ou matar, pague por ele cem soldos, como no caso de qualquer outro homem.

Se alguém cometer o crime de rapto (de mulher honesta ou donzela), e a assembleia da Vila se for queixar ao representante do rei, o raptor pague cem soldos.

Se algum vizinho ferir outro, pague quinze soldos pela agressão, se o ferimento for na cabeça; se não for na cabeça, pague então sete soldos e meio.

Todos aqueles que se envolverem em rixa, puxando pelos cabelos e maltratando-se: na Vila, na assembleia, na igreja apenas responderão perante as suas consciências, no caso de se quizerem reconciliar; de contrário, se um deles não desejar fazer as pazes e levar a denúncia ao vigário do rei, o que os juizes decidirem seja cumprido: metade da multa será atribuída à vítima e a outra metade será para o meu representante.

Aquele que injuriar outrem, prestará a devida satisfação por meio da assembleia. Se posteriormente se negar a cumprir (o que na assembleia se decidiu), vá a autoridade à sua porta com duas testemunhas e exija-lhe caução; se a der, nesse dia deixar-se-á em paz. Depois, diariamente, voltarão a exigir-lhe o penhor, e sempre que o satisfaça, deixem-no ficar sossegado. Quando tiver sido espoliado,

Cont. na pág. 7

Funerária Mira

A primeira:

- ✓ no tempo
- ✓ no serviço e agrado
- ✓ na qualidade e custo
- ✓ no saber estar e acompanhar

Auto-fúnebre para funerais. Translações em todo o país e estrangeiro

Serviço Permanente

Alvaredo e Rua Dr. Afonso Costa • Telefone 416237-44014 • MELGAÇO

Casa Paris

Fundada em 1966

de: Jaime Afonso

Especializada em Louças, Cristais e Artesanato

Serviços de jantar, café e chá • Serviços de copos cristal e vidro • Bronzes • Cobre • Quadros Óleo • Brinquedos • Louças Decorativas e Brindes

LARGO DA CALÇADA • TEL. 42264 • 4960 MELGAÇO

Farmácia Dias Ferreira

Direcção Técnica e Propriedade:

D.ª Júlia Eduarda Dias Ferrelra

EM SERVIÇO PERMANENTE E AO SERVIÇO DA SAÚDE E BEM-ESTAR DOS MELGACENSES

Estrada Nacional • Telefone 43312 • MELGAÇO

Habitação Vende-se

Recente, moderna, cómoda, em Penso, por motivos à vista.

Falar com o Sr. Adelino
Tels. 42278/416227

Sociedade de Investimentos Hoteleiros e Desporto

Procura um sócio para investimentos e restauração, com piscina, ténis, ginásio e esconche, em Vila Praia de Âncora. Projecto aprovado em 5.134 m² de terreno.

Telefone em Portugal: (051) 912213 ou 911833
Em França: (0033) 94-545993

MELBRILHA

A MELBRILHA convida-o a efectuar um contrato anual de manutenção e limpeza da sua casa e jardim

Disfrute da Natureza e deixe que nós tratemos da limpeza do seu lar, porque nós defendemos o ambiente



MELBRILHA
4960 MELGAÇO
Tel. 43111

LIMPEZA EM:

- ✓ Serviços Públicos e Comerciais
- ✓ Andares em prédios acabados de construir
- ✓ Tratamentos de Pisos - Mármore, Tijoleiras e Madeiras
- ✓ Residências Particulares

SEDE PROVISÓRIA: Rua Velha s/ nº - 1º Dto. • Tel. 43111 • 4960 MELGAÇO

Forais Melgacenses

Cont. da pág. 6

a ponto de já nada lhe restar tomam-lhe as portas da casa, em seguida as telhas, até dar fiador ou o dinheiro em que foi penhorado. E se não quiser cumprir, pague no primeiro dia cinco soldos ao vigário do rei, e da mesma maneira pague no segundo dia dois soldos. E no terceiro dia, o injuriado, a justiça da Vila, e o representante do rei, então vão à sua porta e chamem-no: se não quiser vir, entrem na casa sem aviso e apoderem-se de tudo quanto for devido.

Se alguém, por maldade, abater outro com espada, seja na aldeia, seja no campo, se existirem duas ou três testemunhas, pague (o acusado) sessenta soldos ao vigários do rei. Se o homicida for conhecido, e se for essa a decisão da assembleia, desde que não transporte espada, nada pague.

Cada casa vossa seja coutada (avaliada) em seis mil soldos. Se alguém, sem motivo justo, a danificar, dê ao seu proprietário quinhentos soldos para o seu arranjo.

Toda a pessoa que se queira tornar vosso vizinho, que venha morar para junto de vós, pague um soldo: seis denários para os juizes da Vila e seis denários ao senhor da terra. (13)

Se algum indivíduo ousar infringir esta lei, embora não creia que isso venha a acontecer, seja amaldiçoado e excomungado até à eternidade, e fique privado da fé de Cristo (14), e do seu lugar no paraíso; e não ouça a voz do Senhor dizendo:

— «Vinde, benditos!» — Mas ouça as palavras:

— «Afastai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno!»

... e outras coisas mais!

Eu, rei Afonso de Portugal, com o príncipe Sancho, meu filho, e minhas filhas acima mencionadas, a vós, habitantes de Melgaço, esta carta-foral vos

dou, e pela minha própria mão corroboro e confirmo esta escritura.

Carta de venda e doação feita na era de 1219, e 12º dia das calendas de Agosto. (15)

D. Velasco, mordomo-mor da Cúria — testemunha

Godinho, Arcebispo de Braga — confirmante

Fernando, Bispo do Porto — confirmante

Martinho, Bispo de Coimbra — confirmante

Pelágio, eleito de Évora — confirmante

João, Bispo de Viseu — confirmante

Godinho, Bispo de Lamego — confirmante

D. Pedro Rodrigues — testemunha

D. Afonso Ermígio — testemunha

D. Pedro Afonso — testemunha

D. Soares Venegas — testemunha

D. Martinho Pais — testemunha

Pedro Salvador — testemunha

G. Fernandes — testemunha

Nuno Guterres — testemunha

Mestre Fernando — testemunha

Mestre Domingos — testemunha

Mem Gonçalves — testemunha

Rodrigo Henriques — testemunha

Julião, notário da Cúria. XXXXXX

Notas:

(1) Valadares foi terra importante na idade média, sede de concelho até ao século XIX, altura em que se desmembrou a favor de Monção e Melgaço.

(2) O soldo (moeda de prata) valia doze denários.

(3) Denário ou dinheiro: antiga moeda de cobre.

(4) Casal, herdade, horta murada, propriedade suburbana.

(5) Isto é: à Igreja, pagando os dízimos.

(6) Pessoa que vinha a pé.

(7) Pressupõe-se que seria 15 para cada parte

(8) Antiga medida de comprimento que correspondia a 66cm.

(9) «Hospiti» no texto. Levantem-se-me algumas dúvidas: quem é o hospedeiro — o vendedor? Quanto custava um cavalo nos anos 80 do séc. 12? Por mula pagavam 3 soldos e por cavalo um soldo?

(10) «Coelio» no texto. O Dr. Augusto César Esteves traduziu por coelho; o P.º Bernardo por manto célio, isto é, da cor do céu (azul). Eu consultei o Dic. Etimológico da L.P., de José Pedro Machado, e lá consta: «coelio em 1181», (Leges, pág. 422), referindo-se a coelho.

(11) No texto lê-se: «pelle cordeira». É possível que abranja os três tipos de pele — ovelha, carneiro e cordeiro.

(12) Suponho que sejam os familiares da vítima.

(13) Provavelmente o Senhor de Valadares: Suerio Arias ou Pelágio Suariz.

(14) Isto é: deixe de ser, pela comunidade, considerado cristão. Nessa época implicava tornar-se praticamente um apóclita, ou seja, um indivíduo sem pátria!

(15) 21 de Julho de 1181. A era de César estava adiantada 38 anos em relação à nossa. Logo: 1219-38=1181. Quanto às calendas: [(31+2)-12]=21. Penso que não vale a pena dizer mais nada. Só isto: os romanos não contavam o tempo como nós o contamos.

Penso que o ano de 1181 pode estar correcto quanto à redacção do documento. No entanto, como o país se encontrava em guerra contra os muçulmanos não era fácil de um dia para o outro pô-lo em vigor. Leis que se faziam num ano só passados dois ou três é que chegavam aos seus destinatários! Por conseguinte, este foral deve ter chegado às mãos dos melgacenses a partir de 1183, pois só a partir deste ano é que alguns dos confirmantes obtiveram os cargos que ostentam no foral.

O próximo documento a publicar será a confirmação deste foral por Afonso II, neto de Afonso Henriques, no ano de 1219.

Saudações amigas a todos os melgacenses.

Joaquim A. Rocha

O Pomar

— Desta árvore não comereis o fruto:

O feitor recém-criado entendeu perfeitamente a advertência do Dono do Pomar e concordou prometendo obedecer.

Aguardava a chegada duma companheira que lhe fora prometida com quem constituiria numerosa família destinada a perpetuar a espécie e viver em perene felicidade.

A parceira chegou e assumiu as suas obrigações de esposa. O dono do Pomar de quanto em quanto passava para vistoriar e ficava satisfeito. Tudo estava como estabelecera.

Certo dia estava a mulher apreciando o que havia para lá do Pomar, tudo tão estranho e diferente do lugar que habitava. Não sabia definir o que lhe inspirava aquele panorama desolador pois não conhecia a tristeza, a dor, o desânimo muito menos o terror. Aproximou-se uma figura, habitante daqueles outros espaços que, com sofisma, interpelou a mulher:

— Bonito esse Pomar! Você é a dona?

— Não. Eu e meu marido somos apenas usufruidores responsáveis. O Dono mora por aí, em todo o lugar.

— Mas se usufruem de tudo, fazem o que quiserem, são os donos.

— De tudo, propriamente, não. Existem restrições. Por exemplo: tem árvore principal, a mais bonita e atraente de que não podemos comer os frutos.

— Ah... já desconfiava. É a árvore da ciência, da inteligência e da vida. Claro, se comerdes desses frutos ficareis tão ou mais poderosos que o próprio Dono. A inteligência se vos abrirá e sabereis tudo que ele sabe...



Dizendo isto, o personagem estranho retirou-se com um risinho de mofa bailando-lhe nos lábios.

A mulher ficou estática, confusa com as palavras do desconhecido. Mais tarde contou ao marido o inesperado encontro e a inopinada revelação do misterioso personagem.

Surgiu a dúvida que os impelia para a tentação. Resistiram algum tempo mas a perspectiva do conhecimento geral das coisas era mais forte que o dever da obediência. Uma vez sabedores de todos os segredos ficariam poderosos; que o Senhor do Pomar poderia fazer que eles não pudessem superar?

A mulher antecipou-se e num entardecer colheu um dos frutos apetitosos. Comeu e achou-o saborosíssimo; melhor que qualquer outro. Colheu um segundo fruto e levou-o para o marido que teve a mesma opinião após saboreá-lo.

Pensando bem, a proibição do Dono do Pomar era descabida. Seria natural que eles, como responsáveis por aquele paradisíaco lugar, conhecessem tudo quanto nele existia. Como saberiam que as espécies manteriam suas qualidades se não tivessem conhecimento do sabor de cada uma?

Concluíram que, comendo o fruto proibido, mesmo não lhes dando as capacidades que o misterioso vizinho

insinuara, só pelo facto de ser sumamente gostoso não merecia ficar fenechendo na árvore. Ora, aquilo tinha uma advertência absurda.

No dia seguinte, ao acordarem, espantados, repararam em seus corpos nus e o que isso lhe despertava de volúpia. Descobriram um prazer exagerado no relacionamento sexual que ultrapassava o natural acasalamento, como acontecia com as outras espécies animais. Acharam conveniente cobrir os corpos para não despertar luxúria nos vizinhos que por ventura se acercassem.

Surgiu animosidade entre eles e algumas espécies ani-

Cont. na pág. 9



NÃO FAÇA MAIS CONTAS À VIDA!

CONTA INVESTIMENTO

RAIZ TESOURARIA • RAIZ RENDIMENTO

A Conta Investimento faz as contas por si. Aplique as suas poupanças nos Fundos Raiz Tesouraria e Raiz Rendimento e colha os seus frutos na melhor altura. Consulte já a sua Caixa de Crédito Agrícola... Porque as boas contas fazem os bons amigos!




Adega Regional «Sabino»

DE: Manuel Augusto de Castro

ALMOÇOS • JANTARES • CHURRASCOS
SARDINHA ASSADA
BACALHAU NA BRASA E PETISCOS

Largo Herm. Solheiro • Telef. 44576 • 4960 MELGAÇO



Para:

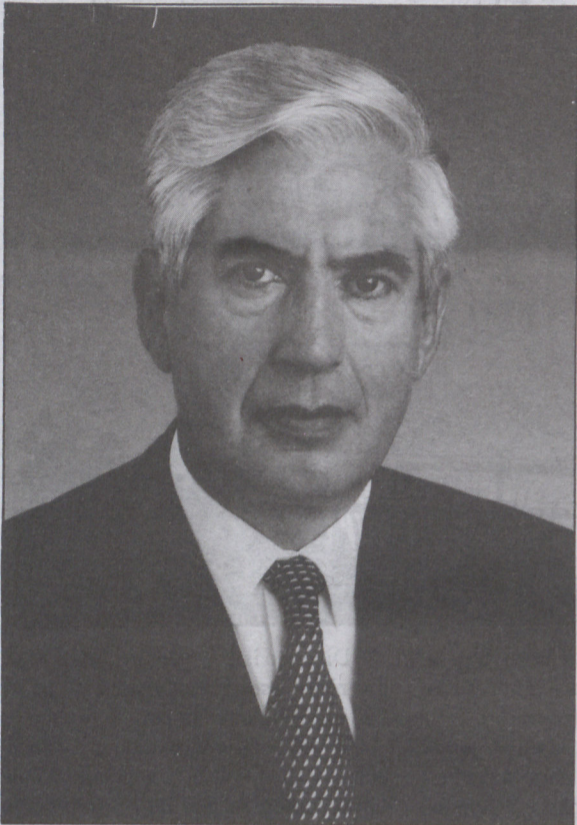
- Comprar
- Vender
- Administração
- Alugueres

• Contacte-nos!

Rua General Pimenta de Castro, nº 20 – 1º Esq.
Tel./Fax (051) 652872 4950 MONÇÃO

A Praça Forte de Valença do Minho

Novo livro do Major Alberto Pereira de Castro!



No Sábado, dia 5 de Novembro, no salão nobre da Câmara de Valença, de que é Presidente, com a presença do senhor Governador Civil e muitas outras autoridades civis, militares e religiosas e um nutrido número de amigos e enamorados da História, que não couberam no salão de actos, teve lugar a apresentação do novo livro deste nosso conterrâneo, feita por outro conterrâneo o prof. Dr. José Marques.

As palavras do Dr. José Marques, pelo seu interesse a todos os níveis, reproduzimo-las quase na íntegra para que o leitor possa ficar melhor informado e esclarecido sobre um conjunto de problemas que interessam a todo o homem com um mínimo de cultura e em busca de aperfeiçoamento da mesma.

O autor, Major Alberto Magno, no final da apresentação feita pelo DR. José Marques, aproveitou para esclarecer as circunstâncias que, ao longo de mais de 20 anos, com especial incidência num período de quase dois anos que passou em Lisboa por motivos da sua carreira profissional e que aproveitou para consultar as várias bibliotecas e arquivos onde pôde encontrar elementos essenciais para responder a muitas perguntas, lhe permitiram reunir obra acabada o que foi publicando parceladamente num jornal de Valença. O senhor Governador Civil também se congratulou com o trabalho apresentado e com o estímulo que o mesmo constitui para se travar a batalha da preservação do nosso valiosíssimo património.

Findo esta acto, foi a vez de se inaugurar uma exposição de aguarelas sobre Valença-Tui de Mário Emílio. Esta mostra é a primeira de uma série

delas que se seguirão dentro de um plano de vivência cultural.

Já ao anoitecer, na Pousada de S. Teotónio, prolongou-se o convívio com um alvarinho de honra; pelo que a nossa terra esteve, mais uma vez, bem presente.

Da apresentação feita pelo Dr. José Marques, salientamos as passagens que transcrevemos quase na íntegra:

«Este acto, esta obra e o que ambos significam contribuíram, por certo, para estimular o desejo de um melhor conhecimento do nosso património histórico, artístico e cultural, em todas as

suas dimensões, criando uma consciência mais viva da necessidade que há da sua preservação, defesa e valorização, que não deixará de contagiar os valencianos e de ter repercussões mais fortes nos municípios do Alto Minho e nas escolas da região.

E talvez convenha recordar que, apesar de, na Idade Média, ter sido revitalizado o sistema defensivo da Pátria, ao longo da fronteira fluvial e terrestre com Castela — mais como símbolo de autonomia política do que manifestação de permanência bélica — não deveremos esquecer que os castelos e fortalezas tinham uma função social e administrativa da maior importância, que os nossos reis souberam conservar intacta, à medida que foram recuperando o território nacional aos mouros, constituindo um elucidativo exemplo, o que se passou com os castelos algarvios, após a campanha militar de 1249-1250, procurando conservá-los sob a autoridade de figuras ilustres, como D. João de Aboim, ou mesmo da Ordem Religiosa e Militar de Santiago.

Na linha do Minho, apesar da função defensiva que os castelos e fortalezas tiveram, em momentos críticos da vida nacional, aliás, bem delimitados no tempo, estas instituições militares não tolheram radicalmente as habituais formas de convívio e as relações de vizinhança entre as populações que bordejavam as duas margens do Minho, que o actual quadro de excelentes relações luso-espanholas, necessariamente, há-de incrementar.

2 — Intervir num acto desta natureza obriga a ter presentes o autor e a obra, especialmente esta, cujas linhas gerais, por especial deferência do au-

tor, me compete dar a conhecer, em primeira mão. Será para ela, por isso, que a nossa atenção colectiva se voltará, mas não poderei deixar de fazer uma breve referência ao autor. Não que eu pretenda apresentar quem fez de Valença a sua terra de adopção, aqui tendo passado mais de metade da sua vida. Seria, sem dúvida, desmesurada ousadia tentar apresentar aos valencianos o Sr. Major Alberto Pereira de Castro que todos conhecem, há muito, nas suas ricas qualidades humanas, como profissional digno e competente, que foi durante muitos anos, e, há pouco, maioritariamente escolheram para dirigir os destinos deste concelho.

Pretendo, simplesmente, salientar o seu interesse pela cultura literária e histórica, que remonta aos tempos da juventude, quando ainda estudante liceal, em Braga, já escrevia, em prosa e em verso, n' «A Voz de Melgaço» e noutros periódicos da região, tendo começado a divulgar a sua produção poética nos *Poemas para a cidade*, editados em 1960, precisamente há trinta e quatro anos, a que viria juntar-se, em 1990, o volume, também em poesia, de *Notícias do reencontro*.

O Major Alberto Pereira de Castro não é um homem de letras por dever de ofício, mas sim por gosto e paixão, que tem alimentado ao longo de toda a sua vida: primeiro como estudante, depois como militar e membro dos quadros hierárquicos da Guarda Nacional Republicana, e agora como prestigiado autor.

O resultado desse labor persistente e discreto, além do livro que agora vem a público, continuará a manifestar-se, nas obras *Valença na guerra da Restauração* e *A Irmandade de N.ª S.ª do Carmo da Praça de Valença — A Capela e os Estatutos*, cuja publicação se aguarda para breve, continuando a trabalhar, ao ritmo que as funções actuais lhe permitirem, noutra obra intitulada *Valença na guerra dos Marechais*.

São já bastantes anos dedicados às letras e à investigação pelo Sr. Major Alberto Pereira de Castro, que assim vai levantando a sua obra literária e histórica, especialmente ao serviço da Cultura e das gerações actual e vindouras da sua terra adoptiva.

Bem sei que é sempre delicado falar da obra de alguém na sua presença, mas sei igualmente que a verdade tem direitos indeclináveis, até pela força da sua exemplaridade, o que me obriga a observar que o Sr. Major Pereira de Castro tem elaborado todos estes estudos paralelamente ao cumprimento dos seus deveres profissionais, sem qualquer prejuízo para os mesmos, e, não sendo um profissional da História e da investigação, realizou um trabalho que não pode deixar de constituir um estímulo para muitos jovens universitários e até para muitos

licenciados que preferem enterrar os talentos e não fazer nada.

3 — Estas breves notas sobre a actividade literária do Autor eram indispensáveis para compreendermos e justificarmos algumas das afirmações sobre a obra que vamos apresentar, aliás escrita com grande clareza e rigor de estilo, que a tornam de leitura atraente, não obstante as citações documentais aduzidas como elementos de prova ou de simples informação.

Trata-se de uma obra em dezassete capítulos, em que pretende oferecer ao leitor, uma visão diacrónica da história de Valença, em especial, a partir dos primórdios do século XIII, tendo a fortaleza, como centro polarizador de toda a actividade político-militar e social, pouco depois valorizada pela outorga dos respectivos forais.

Quer isto dizer que um leitor atento poderá distinguir perfeitamente várias fases nas vicissitudes históricas de Valença:

- antes da organização da primitiva fortaleza, digamos, *grosso modo*, até ao final do reinado de D. Sancho I;
- dos primórdios do século XIII até ao período da Restauração;
- do período da Restauração até ao século XX.

Dentro destas fases, o Autor acrescentou algumas referências a elementos complementares de defesa, exteriores à fortaleza, bem como alguns elementos importantes sobre a heráldica, patente em lugares nobres da fortaleza.

Além disso, o Sr. Major Pereira de Castro integrou os primórdios do castelo e da fortaleza de Valença, no correcto devir histórico, traçando um bosquejo do que foi a colonização primitiva destas paragens, historicamente bem documentada, desde a fase pré-romana, socorrendo-se para o efeito das informações fornecidas por mestres competentes, nacionais e estrangeiros.

Entre os povos antigos cuja memória perdura na toponímia galaicominhota contam-se o *Gróvios*, evocados em diversas localidades denominadas *Grova*, desde a zona de Pontevedra, a Fontoura, aqui bem perto de Valença, a Cristóval e à Gave, estas duas no concelho de Melgaço. Trata-se de povos aqui chegados por via marítima, que se fixaram nas zonas costeiras do litoral, donde penetraram para o interior, seguindo ao longo dos rios, em busca dos metais, que exploravam e comerciavam. Segundo as informações dos geógrafos clássicos Estrabão, Pompónio Mela, Plínio e Ptolomeu, precederam os Celtas, que os dominaram e ocuparam a área que vai do Cantábrio ao Mondego, área tradicionalmente considerada como o quadro geográfico privilegiado da cultura castreja, que o Autor descreve, percorrendo as diversas formas de estruturas e utilização materiais, desde a casa à agricultura, vestuário, alimentação, arte da guerra, tipos de organização da

vida social etc., para depois enumerar uma série de castros dispersos no aro valenciano, desde Gandra, Picões, Fontoura, Cerdal, Ganfei, Frietas, S. Pedro da Torre, Gondomil, etc., vindando a evidência de um intenso povoamento, que as legiões romanas só a custo foram dominando, a partir da antiga *Bracara*, que depois se chamou *Augusto*.

No plano de uma estratégia militar mais ampla, o velho *castrum* ou *castellum* de Valença, terá sido valorizado no período romano para, entre outras funções, proteger a passagem do Minho da via Braga-Tui-Pontevedra-Lugo.

Do período romano à fase de independência de Portugal, o Castelo de Valença assistiu a quanto se passou com a chegada dos povos bárbaros da Grande Invasão, por aqui se tendo fixado os suevos, com a capital em Braga, tendo as suas posições mentais e religiosas oscilado entre o arianismo, o priscilianismo e o ristianismo, finalmente desenvolvido e solidamente implantado pela acção pastoral de S. Martinho de Dume ou de Braga, na segunda metade do século VI, voltando a ter de enfrentar as tentativas de arianismo desencadeadas pelos reis visigodos, após a anexação do reino cristão dos suevos, em 585.

Praticamente, nada se sabe da história das instituições desta região, desde a destruição do reino visigodo, após a invasão árabe de 711 — que terá feito sentir a sua acção no noroeste peninsular pelo ano 716 — até ao início da reconquista cristã desencadeada por Afonso I das Astúrias, em meados do século XIII, e à reorganização dos territórios do Minho, em torno de Tui por Ordonho I, em torno de Tui por Ordonho II, em 850, prosseguida por Ordonho II, e com a restauração da diocese e Sé de Tui, em 950, isto é, cerca de um século após as primeiras medidas reordenadoras do território, empreendidas por Ordonho I.

Durante o século XII, D. Afonso Henriques e D. Sancho I tentaram, em vão, por mais de uma vez, apoderar-se do sul da Galiza, na margem direita do Minho. Foram momentos mais ofensivos do que defensivos. Porém, com D. Afonso II, a situação inverteu-se, devido ao desrespeito e violação de algumas cláusulas do testamento de D. Sancho I, seu pai, que o novo Rei se tinha comprometido a respeitar. Surgiu, assim, a guerra civil com as irmãs, as Infantes Teresa, Sancha e Mafalda, que transformaram o castelo de Montemor-o-Velho no centro da resistência ao monarca. As ligações das Infantes com Castela, apesar de debilitadas, levaram as forças de Afonso IX a entrarem em Portugal, em 1212, que, entre outros estragos, provocaram a ruína do castelo de Contrasta ou Valença e exerceram fortes pressões

Cont. na pág. 9

A. Pimenta de Castro
MÉDICO ESPECIALISTA

- Doenças Pulmonares
- Doenças Alérgicas respiratórias
- Provas funcionais respiratórias

Consultórios:

Torre do Liceu — 4.º Andar • Tel. 821844 • Viana do Castelo
Clínica de Monção • Tel. 652160 • Monção

Vende-se

Estabelecimento de Comércio Geral e Depósito de Tabacos. Excelente local no Largo da Calçada.

Contactar pelos Telex:

(051) 42421
(051) 42315

CLIMELGAÇO

CLÍNICA DE MEDICINA DENTÁRIA, LDA.

Gabriela Domingues • Manuel António Costa
MÉDICOS DENTISTAS, pela Faculdade de Medicina Dentária do Porto

Rua Dr. António Durães • Telef. 44225 • Vila — 4960 MELGAÇO

A Praça Forte de Valença do Minho

Novo livro do Major Alberto Pereira de Castro!

Cont. da pág. 8

as contra a população, parcialmente deslocada para Sortelha.

Poderemos dizer que este episódio marca indelevelmente as futuras preocupações defensivas deste castelo raiano e a sua progressiva adaptação às alterações introduzidas na arte da guerra. O sua reconstrução iniciou-se em 1217, ano da reconquista de Alcácer do Sal, tendo as obras continuado nos anos seguintes, sabendo-se que, no tempo de D. Afonso II, este castelo tinha 300 m de comprimento por 70 de largura, contando com uma área interna protegida de pouco mais de 2 hectares, sensivelmente 21.000 m².

Com D. Dinis, após o tratado de Alcáñices, de 1297, assiste-se a uma política de incremento da defesa da fronteira, procedendo quer ao restauro de velhos castelos, quer à construção de outros novos, para o que o monarca não hesitou apoderar-se da terça parte das rendas das igrejas, abrindo um grave diferendo com a Igreja em Portugal, sabendo-se que esta política defensiva foi continuada por D. Afonso IV.

Os castelos da linha do Minho beneficiaram também das medidas integradas neste programa defensivo, que se revelou insuficiente para sustentar as entradas castelhanas e os seus nefastos efeitos, como ficou bem registado a propósito da guerra de D. Afonso IV com Castela e, sobretudo, por ocasião da primeira guerra fernandina, tendo as tropas de Henrique II passado, por Valença, Ponte de Lima, Braga, Guimarães e Bragança, sem terem encontrado qualquer resistência digna de menção.

A crise política de 1383-1385 e a guerra da Independência que se lhe seguiu obrigaram a novas medidas defensivas, e do que era o castelo de Valença nessa altura e continuava a ser no início do século XVI deixou-nos Duarte d'Armas ilucidativas imagens no *Livro das Fortalezas*, que desenhou por Ordem de D. Manuel I.

* * *

Decorrido mais de um século, desde que se ouviram os primeiros trons disparados pelo exército castelhano, em Aljubarrota, a técnica da guerra evoluirá, revelando-se cada vez mais a fraqueza das velhas torres altaneiras face ao crescente poderio da artilharia, que passou a assentar também arraias ambulantes no mar, nas conhecidas naus e galeões artilhados que sulcavam os mares rumo ao Brasil e ao Oriente. Para mais, a partir de 1580, com a presença do governo da monarquia dual filipina, progressivamente apostada na integração definitiva de Portugal na coroa de Castela, não havia vantagem nem possibilidade de pensar em quaisquer sistemas defensivos, em relação a Castela, sendo mesmo perigoso esboçar qualquer ideia nesse sentido.

Foi por isso que só no período da Restauração foi possível proceder a uma autêntica revolução na arte de fortificar, de acordo com novas técnicas, mais adequadas a contrariar os efeitos da poderosa artilharia. Nesse período e nos tempos seguintes, o litoral continental português, ascostas brasileiras, africanas e orientais, então em poder dos portugueses, povoaram-se de fortes e fortalezas construídas segundo os novos cânones da arquitectura militar, recebidos de além Pirenéus, por intermédio do general alemão, Conde Frederico de Schomberg, e do general irlandês, Michel de Lescolle.

A linha do Minho não ficou à mar-

gem de todo este processo, surgindo, então, o forte da Ínsua, para cobrir a entrada do rio Minho, assumindo a posição de guarda avançada em relação à antiga fortaleza de Caminha, procedendo-se, também, à transformação das fortalezas de Monção e de Valença, interessando-nos agora, particularmente, esta última, porque o estudo das várias fases da sua remodelação e ampliação com construções de raiz, segundo o sistema criado por Sebastião Le Preste, mais conhecido por Marechal Marquês de Vauban (1633-1707), constitui, o núcleo central da obra que o Major Alberto Pereira de Castro, neste momento, coloca à disposição do público.

Acompanhando o caminho que o Autor nos traça, ficaremos devidamente informados de que a primeira grande fase das obras desta fortaleza, a que ficou indelevelmente ligado o nome do Conde Prado, D. João de Sousa, Governador das Armas da Província do Minho, decorre entre 1661, em plena guerra da Restauração, e o ano de 1700, tendo o primeiro ensaio sido feita com a construção prévia do forte de quatro baluartes, destinado à cobertura e defesa desta praça, erguido em tempo *record*, de 24 de Agosto a três de Setembro de 1661, forte que o Autor conseguiu identificar, nos montes do lugar de Balagota, da freguesia de Gandra.

Em relação à fortaleza propriamente dita, convém observar que foi desenhada por Michel de Lescolle, que também orientou temporariamente as obras, iniciadas pela parte alta ou obra da Coroa. Depois o Major Alberto Pereira de Castro vai acompanhando o desenvolvimento das obras de ampliação da fortaleza, nos seus diversos sectores, ao mesmo tempo que se criam e desenvolvem os espaços internos, os sucessivos baluartes e a articulação entre os diversos corpos, anotando a par e passo a correspondência entre os nomes antigos e os actuais, ajudando, assim, à identificação segura da evolução da obra.

A segunda grande campanha de obras da praça de Valença é do primeiro quartel do século XVIII, podendo mesmo dizer-se que, em 1715, esta fortaleza tinha assumido a feição actual, conforme se confirma pelo testemunho de D. Luís Caetano de Lima, que a descreve como praça de sete baluartes de pedra e cal, aptos para cobrirem as portas, os arredores e os fundos, bem como a fonte e a baixa que se estende até ao rio, merecendo ser considerada, segundo o mesmo autor, como «a mais forte das da Província do Minho e chave e capital das mais praças da dicta província». E, na verdade, quase um século depois, por ocasião das invasões francesas, ficaria bem comprovadas as suas potencialidades defensivas.

* * *

Na medida do possível, este livro deverá ser lido *in loco*, em cada um dos baluartes, junto das portas e caminhos cobertos, para melhor se acompanhar a definição dos espaços internos e apreciar as obras exteriores, construídas ao longo do século XVIII, nomeadamente as dos *revelins* da Gaviarra, da Porta do Sol, da Coroadá e da Fonte da Vila, para melhor se capturem as virtualidades defensivas deste sistema de fortificações, não somente sobre alguns dos seus panos ou cortinas e dos próprios baluartes, mas também e da forma particular das portas, e da própria fonte. Apesar de todo este esforço, da estrutura e imponência desta praça forte, o relató-

rio da inspecção feita pelo Tenente-Coronel José Carlos Mardel, em 1797, que o Major Alberto Pereira de Castro transcreve, revela a necessidade de se providenciar sobre um conjunto de pormenores, indispensáveis a uma maior segurança defensiva e eficácia operacional, que implicaria o posterior derrube de alguns prédios na Praça da Coroadá, pelas dificuldades criadas à rápida movimentação dos elementos ligados à defesa da fortaleza. Mas, como muitas vezes sucede, entre o rol de obras a concretizar para atingir uma situação ideal e o que na realidade se faz ou deixa por fazer a distância é grande...

No século XIX, para além dos danos causados pelos franceses nos poucos dias que aqui estiveram, houve necessidade de proceder a certas obras de restauro, tendo lugar uma das maiores intervenções na Cortina de S. Francisco, que ameaçava ruir.

O bosquejo que acabamos de traçar de alguns momentos importantes da história da construção ou, se preferirmos, reconversão da fortaleza medieval de Valença e sua ampliação, segundo o sistema criado pelo Marquês de Vauban, que remodelou 300 fortalezas antigas e construiu mais 37, dispersas ao longo das fronteiras da França, dentro dos mesmos princípios da arquitectura militar por ele consagrados, obrigará a uma leitura atenta desta obra, em que o leitor e o investigador encontrarão sugestões e estímulos para novas pesquisas, aí residindo também uma das suas virtualidades.

Quem percorrer a Praça Forte de Valença ver-se-á confrontado com a necessidade de conhecer a leitura heráldica de um significativo número de pedras-de-armas, aí colocadas, à medida que as obras dos vários sectores eram concluídas, ficando a atestar para o futuro a memória de quem teve a iniciativa de as mandar executar ou a elas, de algum modo, esteve ligado. Bem andou, por isso, o Autor ao proceder à sua inventariação e reprodução fotográfica, acompanhada da respectiva ficha técnica, que permite ligar à história desta fortaleza um conjunto de famílias nobres, como Ataídes, Sousas, Noronhas, que, de outro modo, cairiam no esquecimento.

Pelos capítulos finais desta obra ficamos a conhecer a importância oficialmente atribuída a um determinado número de praças fortes portuguesas, hierarquizadas pelos graus da patente militar que podiam ter os seus governadores, tendo o Autor reconstituído também o rol dos oficiais que governaram esta praça de Valença, desde 1657 até 1926.

Salientámos, de início, o carácter pedagógico desta obra, preocupação bem expressa também no *vocabulário técnico*, posto à disposição dos leitores, e pelo recente alerta dado contra os actos de arbitrária degradação da fortaleza, quando é certo que já em 1820 havia um regulamento especialmente destinado a eliminar os abusos conducentes à progressiva degradação de monumentos destas naturezas.

Creemos que o Sr. Major Alberto Pereira de Castro, com este livro, atingiu os seus objectivos e prestou um óptimo serviço à causa da correcta valorização, defesa e conservação da mais importante praça forte da província do Minho, como era classificada pelos técnicos militares de antanho, e hoje continua a merecer a mesma designação pelo estado global de conservação em que se encontra.

C. Nuno

O Pomar

Cont. da pág. 7

mais que se tornaram ferozes. Para se protegerem construíram um abrigo e inventaram armas para se defenderem. Refletiram que isso era sinal de inteligência. Tinham agora capacidade inventiva e discernimento. Ou já teriam antes e não se davam conta por não haver necessidade? Não importava!

Cada vez mais a inteligência se lhes aguçava e perceberam como as coisas se desenvolviam e reproduziam. As sementes caídas na terra germinavam e produziam novos frutos; repararam também, nos animais e neles próprios. Só que, quanto a eles, as crias que a mulher agora paria eram acompanhadas de insupportáveis dores o que não acontecia antes. Porém, a grande inteligência que agora possuíam levou-os a descobrir propriedades em certas plantas que lhes minoravam aquelas e outras dores que surgiam.

Então, um belo dia, o Senhor da propriedade apareceu e ficou zangado com o que viu. Manifestou sua contrariedade, despediu-os dos cargos que lhes atribuíra e intimou-os a deixar o seu Pomar, eles e sua prole.

A inteligência e auto-suficiência das criaturas já era tal que argumentaram em sua defesa, mas, como não convencessem o proprietário, invocaram direitos. Arrogaram-se donos do lugar pelo muito tempo que ali já estavam e pelas benfeitorias que ultimamente tinham introduzido.

O Criador daquele paraíso ficou pesaroso com a insubordinação e arrogância das suas criaturas; virou-lhes as costas e abandonou-os à sua própria sorte.

Mandou uma guarnição de sua guarda particular expulsar os indesejáveis moradores.

Tiveram de deixar aquele lugar e instalar-se na desolação das cercanias. O vizinho apareceu oferecendo seus préstimos e aconselhando algumas regras que lhes iria tornar a vida mais agradável.

O local onde se instalaram era inóspito com condições de sobrevivência difíceis. Mas eles eram inteligentes e tudo sabiam. Insulados pelo vizinho prestativo, na calada da noite invadiram o Pomar do eis-Senhor e roubaram frutos, sementes e tudo que lhes pareceu conveniente para início de seu próprio pomar. Grandê avanço intelectual: tinham inventado a apropriação das coisas alheias.

Graças à tal inteligência mas com árduo trabalho e com o suor de seus rostos transformaram a sua propriedade em local digno para viverem e até, com o tempo, em fictício paraíso.

E, como o que conseguiam era à custa de sacrifício, surgiu a cobiça. O grupo já era numeroso. Os mais preguiçosos invejavam o que os mais ativos produziam e procuravam tomar-lhes, na esperteza ou na força.

Uma grande revelação surgiu em suas privilegiadas mentes: os seus corpos envelheciam o que significava que estavam sujeitos a ciclo de vida como todas as outras criaturas.

Então, fisicamente não eram eternos como o prestativo vizinho lhes insuflara quando do fruto proibido.

Uma vez que tinham um prazo para existir, esse tempo teria de ser

aproveitado intensa e desbragadamente. Foi assim que inventaram todas as formas de prazer.

As gerações sucederam-se cada uma mais inteligente que a anterior. Descobriram a ciência e inventaram coisas fabulosas sempre com o propósito de uma vida mais regalada. Tais prazeres produziram soberba, avareza, luxúria, ira, gula, inveja e preguiça. Estes atributos levaram os grupos que se transformaram em tribos e depois nações, a se guerrearem entre si, cada um querendo tomar o que era do outro. E para facilitar essas conquistas construíram artefactos de destruição.

O Senhor do Pomar ficou escandalizado com o rumo que tanta inteligência dera às suas criaturas. Nenhum artista renega a sua obra, por isso aquele Senhor num gesto de suprema magnanimidade achou por bem eleger entre os desatinados, um grupo a que pudesse chamar de, «seu povo».

A este grupo enviou alguns indivíduos para transmitir ensinamentos de maneira a preparar as multidões para um acontecimento transcendente. Pretendia o Senhor o contrito reconhecimento dos erros e o conseqüente regresso ao Paraíso.

Qual, nada! Aquele povo eleito eliminou sumariamente o próprio filho do grande Senhor. Diziam: então esse enviado teve o desplane de vir pregar humildade, caridade e igualdade? E os donos da verdade, os inteligentes, os sábios, os poderosos, onde iam ficar?

A inteligência continuou a sobrepor-se a tudo.

As criaturas progrediram e chegaram a conclusões fabulosas. Descobriram o universo, a imensidão do cosmo, a eternidade. Mas ao mesmo tempo que descobriam a grandiosidade que os cercava verificavam a sua pequenez, a insignificância de seus seres.

Construíram armas poderosíssimas capazes de eliminar toda a espécie e até o próprio Pomar. Inventaram teorias: «tudo apareceu por acaso no universo, mercê duma fusão de gás de ftons que se transformou em elétrons precursores de todas as coisas, tudo a partir duma grande explosão.»

O Senhor do Pomar não existe, concluiriam.

Mas as inteligentes criaturas quanto mais descobriam a imensidão que os cercava mais se verificavam mesquinhos e insignificantes. Afinal, o que eles, poeira cósmica, representavam em todo aquele cenário? Procuravam e não achavam explicação para a sua existência e finalidade longe do senhor do Pomar.

Do filho do Senhor, o que foi assassinado, ficou um pequenino grupo que acreditou no que ele pregava. Esse grupo cresceu com dificuldade, enfrentou perseguições, suportou escárneos e martírios mas também se dispersou.

O Senhor do Pomar, na sua incomensurável bondade aguarda pacientemente que o seu grupo volte a se unir e faça ver às demais criaturas que a finalidade da sua existência é tão somente a sua glória com a conseqüente felicidade eterna.

Fim

Rio, 15/6/94
(3º mês de saudade)

«A Voz de Melgaço»
o seu jornal

A barragem «do Cela» porquê e para quê!?

Ao sujeito da dita barragem que tolheria o rio na sua parte ainda natural e que desfiguraria irremediavelmente a paisagem -várias pessoas já se exprimiram na «Voz». De entre estas, algumas são das que respeito e que estimo. No entanto, como poderia acontecer sobre outro sujeito, não estou inteiramente de acordo com certas vistas das pessoas pró-barragem.

Por outro lado, importante, ainda não li qualquer argumento positivo que pudesse apoiar objectivamente a sua construção. E o que aparece concreto é a adulteração (alteração) da natureza, do micro-clima do vale minhoto, da vida de várias espécies de peixes nobres etc. e, ao mesmo tempo, provocará uma onda desequilibrante—ou aniquilante—para espécies de vegetais particulares do nosso concelho. De onde, algumas são indígenas; e outras, tiradas do contexto actual e natural, pelo menos perderiam a sua originalidade.

(Veja o leitor, aqui, uma expressão do apego que Melgaço suscita aos Melgacenses, mesmo a milhares de quilómetros do Torrão natal, e não qualquer alinhamento; e ainda menos alinhamento político-politiciano com a posição das autoridades concelhias em posto. Posição que será talvez movida principalmente ou em parte por outras razões que as que eu expri- mo. Mas não é aqui nem lugar nem sujeito para se ir mais longe.

Aproveito a abertura do parêntese para expressar o meu queixume devido ao facto, deplorável, de que as ditas autoridades —talvez por esnobismo— não utilizam, ou pouco utilizam, o Jornal Melgacense-a «Voz»— para informação sobre a política concelhia, seus resultados etc... Ainda bem que membros da oposição, menos esnobes e mais lógicos a este sujeito, nos vão informando de coisas tão interessantes como curiosas... Continuem!

Venhamos à barragem.

A óptica vinculada ao turismo, que deve continuar a ficar no campo das hipóteses, é, pelo que me parece, a mais salientada e o principal apoio adiantado por pessoas pró-barragem. Mas, não é preciso ir longe para constatar que um lago artificial não atrai forçosamente turmas de turistas. Não me consta que a barragem da Frieira, a 7 quilómetros da Vila na fronteira Galega, originasse recaídas económicas notáveis para o comércio, ou outro, das paróquias ribeirinhas do lago!

Tampouco é notado que o Parque de Lamas de Mouro—turístico—«Muito frequentado» originasse desenvolvimento económico sensível em Lamas e ou em Melgaço (Vila). E mesmo que se imagine que o «lago» artificial criado pela barragem «do Cela» atrairia um número de turistas equivalente ou maior que o que, anualmente, frequenta o parque de Lamas, e isto a condição imperativa de que fossem condicionadas zonas para campismo, caravanismo, merendeiros etc., a frequência e as recaídas económicas ficam hipotéticas! Pois que, se um hotel e ou restaurante, ou outro tipo qualquer de comércio, tivesse alguma viabilidade no parque de Lamas, ou noutro sítio, não faltariam candidatos; ora, até hoje, ninguém se

arriscou em tal via económica. Além da estação turística anual, no caso particular de Lamas, ser prolongada devido às festas da Peneda em Setembro, mesmo assim, as recaídas financeiras são uma quase nulidade.

Diga-se que o argumento turístico é um argumento altamente hipotecado e, por isso, deve ser tratado condicionalmente. No entanto, não duvido da boa fé das pessoas que o utilizam. (Não se deverá olvidar a crise que se instalou, há mais de 15 anos, e que diminuirá o número de turistas dispostos ou capazes de gastar alguns patácos. Tampouco se pode imaginar que a malvada crise será abafada, significativamente, nos próximos 10 ou 15 anos. Crise que é artificial a 50% pelo menos. Portanto, mesmo se estorva muita gente, é conveniente para muitos outros; razões que a farão durar).

O turismo futuro há-de-se encarrar com concorrência nos sítios e regiões que guardaram—ou que guardarão— maior proximidade com a natureza: paisagística, culinária, moral, cultural etc. Fartos de superficial e de artificial andam e andarão os turistas potenciais... os que poderão gastar patácos, e os outros —muitos— também.

É evidente que o emigrante não deve ser considerado como «turista». Vai à Terra porque é a dele, e continuará a ir mesmo se esta sofresse adulterações importantes!

A negatividade de uma barragem construída em tal contexto paisagístico, piscícola, agrícola e vinícola, foi já constatada e combatida noutros sítios, pelo menos em países estrangeiros. Portanto, os argumentos em relação com as alterações do clima, sobretudo quando se trata de micro-clima como o caso do de Melgaço, encontram-se no campo da realidade, do concreto. Sendo também importante a adulteração da paisagem geral do vale do Minho.

A imensa quantidade de água estagnante —retida pela barragem— devido à profundidade que alcança, faria ofício de um imenso frigorífico: seria muito mais fria que a do rio, enquanto em estado natural. O fenómeno seria acentuado pelo facto da existência, já, de outra barragem perto: a da Frieira; onde a água retida é já fria. Não é utópico crer que a água numa barragem no limite sul de Melgaço seria mais fria do que é hoje a da Frieira de dois ou três graus, porque recebê-la-ia já mais fria — não teria distância para aquecer porque entre as duas barragens o rio perderia as vantagens naturais.

É bem sabido que os grandes volumes de água entancada provocam fenómenos meteorológicos, sobretudo nevoeiros. As terras mais próximas da barragem seriam as primeiras a serem atingidas pelo nevoeiro, mas as mais distantes seriam também atingidas. O ventinho suave das noites e das manhãs, antes do sol se levantar e algo depois, puxaria o nevoeiro que, alcançaria os terrenos até ao pé das montanhas... os melhores. Não haja dúvida que tal alteração climática seria altamente nefasta para a agricultura local e sobretudo para a viticultura, alcançando negatividade culminante em Março, Abril e Maio, época em

que rebenta a vinha e a nascedura das sementeiras.

A diferença negativa da temperatura da água da barragem, em comparação com a do rio natural, poderá ser estimada a cerca de 5 a 7 graus; ora uma diferença de 2 ou 3 graus a menos num micro-clima é muito significativo. O fenómeno agiria no ar ambiente, mesmo no caso em que não houvesse nevoeiro.

Diz-nos uma pessoa pró-barragem: «Ninguém contestou as barragens por causa do vinho. A qualidade mantém-se nobre, (em Miranda do Douro?) Qual foi a alteração? Foi esta: antes das barragens o vinho não precisava de ser tratado e, depois das barragens passou a ser tratado». (cf. a Voz do 15/5/94). Fala decerto do tratamento das videiras contra as moléstias.

Nota-se, creio eu, que esta pessoa desconhece a viticultura em geral e em particular a viticultura Melgacense que, por ela mesmo, é particular. Porque se as videiras —talvez de plantação directa ou meias bravas(?) — que cita em exemplo necessitaram de ser tratadas devido a «barragens», como a vinha do nosso concelho, na sua totalidade, há muito que deve ser tratada, consequências semelhantes devidas à barragem «do Cela» significariam simplesmente a morte para as castes locais! ou, no melhor dos casos, não dariam vinho nenhum.

Quanto ao problema relativo à pesca, o peixe nobre como a lampreia (que os Romanos chamavam também «flauta») e outros, precisam de zonas de areia para se reproduzirem, e isto imperativamente. Ora, são as pedras que, roçadas pelas águas livres do rio, vão dando areia; então, barragem feita, adeus areia. É bem sabido que as barragens devem ser limpas do lado que toma o lugar da areia. Assim, e mesmo se são feitas eclusas, a lampreia, e decerto outras espécies, irá procurar rios naturais para procrear...

Quais são as causas, entre outras, que fazem desaparecer o Salmão: a poluição, extracções de areia e ou de colo (ou falta destes), as eclusas e as barragens! São dados Franceses e, como a lampreia não é estimada, falam do Salmão mormente.

A lampreia marinha, a que é pescada no rio Minho, é tão frágil ou mais que o salmão ou que o sável. Nada a ver com a espécie fluvial, nem no tamanho: 25 a 60 cm., nem na qualidade culinária.

As barragens elétricas, consideradas de utilidade até aos anos 70 nos países mais «desenvolvidos» e noutros, são hoje consideradas nefastas. Sobretudo em casos similares ao nosso. Haverá um atraso de 30 anos no nosso país sobre o sujeito?

Conhecendo hoje as várias consequências negativas das barragens, se é preciso fazer algum, faça-se na parte dum rio-o mais longe possível caras ao nascente ou à fronteira — onde estorve menos o peixe e onde a mudança do clima não tenha incidências sobre a vinha e ou sobre a agricultura.

Continuará num próximo número.

Francisco M. da Cunha.
Paris, Junho de 1994

«A História que os portugueses não devem esquecer»

«Os Mártires portugueses pela Fé de Cristo»

Portugal, na sua peregrinação pelo Mundo, desde a luta pela sua independência, e gesta dos Descobrimentos, sulcando os Mares nunca navegados, dilatando a Fé e o Império, em «perigos e guerras esforçadas» no dizer do Épico, levando a terras ignotas, de gentes, primitivas e civilização rasteira, o Evangelho de Cristo, com sangue, suor e lágrimas de seus soldados, marinheiros e missionários, sofreu na carne, mais que nenhum outro País, a maior «Odisséia» que nem Gregos imaginaram e que sua missão lhe impunha. Já F. Pessoa disse: «Ó Mar Salgado, quanto do teu sal, são lágrimas de Portugal», e remata, «Valeu a pena? — Tudo vale a pena se a alma não é pequena». Vem este exórdio a propósito dum artigo, do insigne jornalista, António Maria Zorro, publicado há muitos anos, num semanário do Rio de Janeiro, «Mundo Português», narrando o trágico fim de 52 missionários, às mãos de Corsários franceses calvinistas, ao longo das Ilhas Canárias.

A ver pois, se com a ajuda de Deus, consigo transmitir aos leitores do nosso querido Jornal, se não com as pinceladas dramáticas com, que o autor o descreve, ao menos contar, em linhas gerais, o sucedido, sem fugir à verdade. Uma Missão da Companhia de Jesus, dirigida pelo seu superior, padre Inácio de Azevedo, saiu em julho de 1570, em rota para Brasil, e após ter aportado no Funchal, para meter viveres, já que o mau tempo, que pegara desde a sua partida de Lisboa, lhe atrasara a viagem, seguiu novamente rumo, quando ao largo foi abordada e apresada por uma Esquadra de Corsários franceses-Calvinistas, e como nada tinham de valor, para ser saqueado, foram barbaramente trucidados, por esses facinoras, num verdadeiro banho de sangue. Nessa confusão Dantesca e sanguinária, aconteceu

um caso espantoso, com um jovem de nome João Adauto, que sem fazer parte do grupo missionário, correu a vestir uma roupeta de missionário, e embrenhando-se, no meio da carnificina, se misturou assim aos religiosos, acompanhando-os no martírio. Eram ao todo, 2 sacerdotes, 24 estudantes, e 14 irmãos auxiliares. Trinta e dois portugueses e oito espanhóis.

Mas para cúmulo da Tragédia, acontecida à Nau Santiago, na qual estes missionários viajavam, outro grupo no total de 12 que se transferira para outro, barco no Funchal, devido ao mau tempo, e dias depois seguiu viagem, foram também apresados e chacinados, pelos mesmos Corsários e também ao largo das Canárias, morrendo como os outros, com uma prece nos lábios, e o mesmo estoicismo dos Mártires da Cristandade, desde a perseguição sanguinária, da Roma Antiga, até aos dias de hoje. E, como há pouco, ainda no Ruanda, republicana, fabricada pela O.N.U., com o assassinato de três Bispos, e vários sacerdotes.

Ora, esses 52 mártires que em 1854 foram Beatificados lembra o autor e, até hoje não foram canonizados, assim como os mártires do Japão 29, ao passo que Sua Santidade João Paulo II, segundo consta, canonizou os II Bispos e mais de 200 sacerdotes e freiras, fuzilados pelos comunistas na Guerra Civil Espanhola, o pequeno Portugal, campeão da expansão da Fé Cristã no Mundo, é sempre mal galardoado, pelos seus grandes serviços prestados, em prol do Cristianismo. Já um famoso escritor, disse que Portugal era Pátria de Poetas, de Heróis e de Santos. Valhamos ao menos essa certeza, e a certeza do bem cumprido a serviço de Deus. E... por hoje, chega de prosa, como diz um comentador do cotidiano, da Televisão.

Brasil S. Paulo, Outubro de 1994
Zé do Rio Trancoso

«Senhor,
Que eu nunca me extasie perante o arranha-céus,
sem pensar nos alicerces;
que não elogie os construtores dum casa,
sem me lembrar dos andaimes;
que não usufrua do último passo da técnica,
sem agradecer a todos os pioneiros sem regresso,
a todos os inventores sem monumentos,
a todos os pesquisadores sem êxito.

Obrigado, Senhor,
pela força oculta dum semente pequenina.
Obrigado pelas riquezas insondáveis do teu Reino.
Obrigado pelas potencialidades inexploradas de cada criatura.
Que eu nunca despreze nada, por ser pequeno.
Que eu nunca sobrevalorize nada, por ser grande.
Só tu és grande, Senhor!
Só o Teu Reino se estende ao mundo inteiro».

LOPES MORGADO
«Quem ouvir que entenda», p. 166

Agora que as festas acabaram por este ano

E o dinheiro que se gastou? Como foi gasto? E o que sobrou?

Terminaram as festas, por este ano, no nosso Concelho.

Para as realizar, efectua-se peditórios nas freguesias e entre os emigrantes, no estrangeiro. E fazem-no a favor dos Santos a festejar. Mons. Antonino Dias, Administrador Paroquial, da Vila de Monção, fez em «Notícias de Monção», de 10 de Setembro, deste ano, um relato, que julgo dever ser lido, relido e meditado pelos festeiros da nossa terra.

Eis as suas palavras:

«Para que tudo aconteça dentro de sã harmonia, sem escândalos e sem gastos desnecessários e bairristas, a Igreja procura que as Comissões de Festas religiosas sejam, tanto quanto possível, constituídas por cristãos imbuídos dos critérios fundamentais do Evangelho, que conheçam e aceitem as orientações da Igreja e sejam capazes de dialogar e trabalhar em harmonia com o pároco, o qual, aliás é quem as aprova e nomeia, não podendo consentir nas mordomias quem não dê garantias de dignidade cristã e edificação dos fiéis.

Mesmo que outras razões não existissem, porque se pede em nome do «Santo da festa», porque há dinheiros de muita gente que colabora, porque, inclusive, por princípio inaceitável, em algumas festas se vai buscar à Igreja, («ao prato» ou «ao manto do Santo»), dinheiro que, em grande parte é de promes-

sas, deve ser criteriosamente gasto e as contas minuciosamente apresentadas; os saldos, se os houver, devem ser entregues à Igreja para serem aplicados a bem do culto e da comunidade cristã local e nenhuma mordomia pode considerar como pertença sua o dinheiro ou saldo das festas religiosas, cabendo-lhe, somente, a sua administração enquanto dura a sua mordomia.

* * *

O resto do saldo ficou no bolso dos outros mordomos. É possível que, alguém que não participou na reunião da partilha, como, por exemplo, os mordomos migrantes, também pensem como nós e queiram entregar o dinheiro que lhes atribuíram. Peça-lhes desculpa se esta notícia os vai apanhar de surpresa, pois não têm culpa desta situação. Aqui estamos, porém, para, depois, se for caso disso, referir os seus nomes. Os que assim pensam serão, concerteza, os primeiros a reconhecer que não se pode deixar esquecer este caso sem o denunciar.

Alguns, na reunião das partilhas, ou por lá, afirmaram que o iam entregar aos Bombeiros, outros ao Desportivo, outros...

Não tenho nada contra os Bombeiros nem contra o Desportivo, eles sabem muito bem disso e julgo ter as minhas cotas de sócio em dia... mas é estranha esta desconfiança em relação à Igreja e tanta tendência de generosidade em favor de terceiros!... O que é

verdade, porém, é que esse dinheiro não pertence aos mordomos. É da Igreja. E, uma vez entregue, nem o Conselho para os Assuntos Económicos da Paróquia o pode gastar de qualquer forma. É gasto em favor do culto, em favor da evangelização e em favor das obras de beneficência, em crescimento da comunidade cristã. Foi em nome de Senhora que o pediram; foi à Igreja que o foram buscar; pertence à Igreja, à comunidade cristã da paróquia de Santa Maria dos Anjos de Monção que, aliás, bem precisa, pois nem sequer uma sala de catequese tem para as crianças se sentirem acolhidas, para os jovens se encontrarem, para os cristãos se reunirem, para as comissões de festas trabalharem...

Também esqueceram que a Diocese está a construir o Seminário e, na sua maior parte, está a ser construído pelas dádivas generosas dos fiéis. Não lhes ficaria mal um gesto de comunhão e responsabilidade, como outras comissões de festas o têm feito, manifestando ao pároco o gosto de contribuir, com esse saldo, ou parte dele, para obra tão necessária a uma Diocese nova como somos e que precisa de estruturas para o cumprimento da sua missão: evangelizar.

Que as Comissões de Festas, das nossas freguesias, reflitam nas palavras transcritas para bem da evangelização e do apostolado.

As mãos largas de um Presidente da Câmara

É o de Cascais e dá pelo nome de José Luis Judas.

O «Jornal da Costa do Sol» de 14 de Julho de 1994, faz-lhe, e à Câmara, a que preside, este retrato:

«Vão sendo cada vez mais evidentes e preocupantes os sinais «exterior» de arrogância política da maioria da actual edilidade do município de Cascais.»

«Perante quadro financeiro tão assustador, quem não se assustou foi a maioria que nos governa localmente: por ter um cartão de crédito com elevado plafond, para fazer face a despesas de representação inadiáveis; um vereador a tempo inteiro achou que o seu gabinete não tinha «ambiente de trabalho» e encomendou nova mobília; outro vereador a tempo inteiro terá achado que a viatura de serviço que lhe estava atribuída não

tinha «dignidade» suficiente para o exercício de tão destacada função, vá de mandar comprar nova motorização»

ASSESSORES EM CASCAIS

«Havia-os às mãos-cheias. Continua a haver... às mão-cheias. Os mais «polémicos» levaram um «pontapé no traseiro» e foram substituídos por outros da nova cor... política. Só é pena que não se gaste dinheiro com quem é realmente necessário e se desbaratem milhares de contos com quem não faz falta.

Falta faz, por exemplo, mais pessoal na fiscalização, onde, hoje, se limitam a agir no sector da construção civil, deixando o cumprimento de todos os outros regulamentos camarários ao civismo (ou falta dele) dos munícipes».

Recordando... ...meditando

Todos os homens célebres ou não, têm seus ditos, suas frases cheias de sabedoria que, para os célebres ficam para a posteridade, o que não sucede com os outros, por muitas verdades que digam.

Encontrei há dias entre os meus papeis e revistas que me interessam e guardo, uma página com uma série dessas frases, ditas por gente célebre.

Aqui destaco algumas que achei com mais interesse.

O nosso padre António Vieira dizia: «Dizem que os que governam, são o espelho da Nação. Não é bem assim, senão pelo contrário. A Nação é o espelho dos que a governam.

«A perda de um inimigo não compensa a de um amigo»

Abraham Lincoln
Estadista Norte-americano
1809-1865

«Ocupem sempre a posição mais elevada; é em geral a menos cheia»

Charles de Gaulle
Estadista francês 1890-1970

«A lei jamais fez um grande homem; a liberdade engendra colossos e homens extraordinários»

Friedrich Von Schiller
Escritor alemão 1759-1805

«Só devia ser rico quem tem espírito. Não sendo assim a fortuna é um perigo público»

Friedrich Nietzsche
Filósofo alemão 1844-1900

«A maneira de apreciarmos uma coisa é dizermos a nós próprios que a podemos perder»

G. Chesterton
Estadista britânico 1874-1934

«A pobreza põe uma surdina em todas as actividades humanas, sem exceptuar as do espírito»

Henri Menken
Jornalista norte-americano
1880-1956

«Os judeus têm história a mais e geografia menos»

Isaiah Berlin
Filósofo inglês 1909

«Um homem que tem 1 milhão de dólares, sente-se tão bem como se fosse rico»

Malcolm Forbes
Magnata norte-americano
1919-1990

«O Estado é um sujeito mesquinho e descortês, sentado atrás de um guichet»

Anatole France
Escritor francês 1844-1924

«Mais vale merecer o êxito do que alcançá-lo»

Lester Pearson
Estadista canadiano 1897-1972

«Se queres saber o valor do dinheiro, tenta pedi-lo emprestado»

Benjamin Franklin
Estadista norte-americano
1706-1790

«Tudo cabe no breve. O menino é pequeno e encerra o homem; o cérebro é estreito e cobiça o pensamento; o olho não é mais do que um ponto, mas alcança léguas»

Alexandre Dumas Filho
Escritor francês 1824-1895

«A primeira condição da imortalidade é a morte»

Stanislan Lee
Escritor polaco 1909-1966

«O objectivo dos governos não é dar a felicidade aos homens, mas propiciar-lhes a possibilidade de a procurarem»

William Channing
Religioso norte-americano
1780-1842

Melgaço, Agosto de 1994
M.S.

Ano de 1994 – Ano da Família

A nossa sociedade necessita da família

* Entre os jovens tem crescido o apreço pelo casamento, mas tem desido o número dos que o procuram como realização de vida.

* Cresce a convicção de que todo o filho necessita de um lar com um pai e uma mãe, para ser e crescer feliz, mas aprova-se e aumenta o número de famílias monoparentais e multiplicam-se as mães solteiras!

* Cada vez há menos razões para justificar o adultério, e é já notória uma procura maior do casamento religioso; mas, tanto entre jovens como entre adultos, julga-se normal e exige-se total liberdade sexual!

* Aumentam os sentimentos familiares; mas, simultaneamente, cresce o número dos que vivem, ou convivem, à margem de qualquer compromisso matrimonial, religioso ou civil!

* Entre casados nota-se um maior cuidado com os filhos; e em contrapartida desce o número de filhos por casal, e não acabam as crianças vítimas de maus tratos.

* Considera-se a família como o principal agente de comunicação de crenças, tradições e valores; mas assistimos ao predomínio cultural e educativo da televisão e a uma sempre crescente assunção por parte do Estado!

* A mulher cada vez procura ser mais «igual» ao homem desempenhando trabalhos iguais; mas a sua imagem continua a ser degradada; todos os dias é «utilizada» pelos meios de comunicação social e pelo marketing.

* A Constituição protege, ampara e defende a família mas, na realidade não há uma política nacional da família.

* Para os católicos, os principais conflitos que se apresentam são:

– O número dos que aceitam o divórcio como coisa normal;

– Os defensores do aborto, especialmente em caso de perigo de morte para a mãe, e no caso de má formação do feto;

– As relações sexuais pré-matrimoniais e o uso dos anticonceptivos não põem problema de consciência a

muitos;

– Rejeitam-se as normas religiosas e o Magistério da Igreja, no que diz respeito ao casamento; mas cresce a procura da Igreja para realizar o vínculo matrimonial (dá-se a preferência ao casamento religioso).

Vivemos numa sociedade muito complexa, onde há lugar para distintos tipos de comportamento e atitudes.

Qualquer pessoa atenta à leitura da realidade poderá descobrir estas contradições e incoerências, mas, lutar para as vencer, só o farão aqueles que crêm e estejam dispostos a apostar na família.

A nossa sociedade necessita da família!

Só na família o indivíduo encontra a intensidade da vida comum e uma responsabilidade verdadeiramente partilhadas que provocam amor e compromisso!

In: Vida Nueva – Jan/94

Notícias do Rio de Janeiro

Por
MANUEL
IGREJAS

Este meio tempo de correspondência para Braga e de Braga os jornais para os assinantes faz certos ditos ficarem por não ditos. Foi assim que no jornal de 15 de Outubro cobrei do Ventura as fotografias da Feira Medieval. As fotos, em número de quarenta, estavam a caminho.

Festa da Cultura em seus diversos aspectos, inauguração do novo Quartel dos Bombeiros, exposições, escavações arqueológicas e paisagens da nossa terra além de reunião familiar, tudo chegou as minhas mãos e ficou registado na memória. De futuro falarei do assunto como se tivesse estado presente. Mais uma vez o Ventura comprometeu o seu orçamento para satisfazer a minha curiosidade. Aliás, Presidente Rui Solheiro, acho bom dar-lhe uma verba extra para cobrir as despesas que vem fazendo com a divulgação fotográfica dos eventos e obras de sua administração.

Apreciéi muitíssimo a estatueta em homenagem aos bombeiros, trabalho maravilhoso do grande artista Acácio Dias. Também as reproduções miniaturas, em folha de flandres, dos monumentos da nossa terra de autoria do genial Oscar Marinho, me encheram os olhos de arte e o sentimento de vaidade. Dá um orgulho danado ser contemporâneo e contemporâneo de tal gente. Assim, vale a pena ser melgacense!

A Feira Medieval foi, realmente, uma grande ideia.

Fartei-me de rir ao ver meu irmão e sobrinhos, Augusto, Adolfo e Francisco Manuel (pai, filho e neto) de saias... Estavam uma gracinha! E mais, com uma expressão séria, de quem está interpretando a coisa como verdade...

Atenção! Um aviso aos desavisados que tenham comprado os unguentos, papadas, cataplasmas e sinapismos fabricados e vendidos por aqueles três nas suas barracas de Alquimia e Boticária: não usem essas mistelas! Eles não entendem nada do riscado, são uns farsantes, aldrabões. O Augusto, ainda vá lá, sabe arrancar dentes e aplicar sanguessugas mas os outros dois, nem sequer sabem fazer caldo de farinha...

Por motivo idêntico (uso ilegal da medicina) estiveram encarcerados durante algum tempo, por volta de mil trezentos e qualquer coisa, na Andaluzia, juntamente com um famoso aventureiro da época, Gil Braz de Santilhana...

Brincadeira à parte, os figurados dos personagens medievais estavam muito bons, os das moças bastante ricos. A tornar-se permanente esta encenação, todos os moradores de dentro da vila deviam, naquele dia, vestir-se a caráter. Afinal não seria nada de mais cada um confeccionar a sua indumentária. Para incentivar o pessoal, ao final do dia, faria-se, em local apropriado, desfile dessas fantasias e atribuir-se-iam prémios aos mais característicos, mais luxuosos, etc. O despiques que isso despertaria seria a fórmula do sucesso. Que acha da ideia, Luís do Val?

Em 1935, no carnaval, o Jacob organizou um concurso e desfile de fantasias infantis que foi um sucesso. Eu lembro-me porque fui de Marquês do Pombal e minha sobrinha Maria, quase da mesma idade, de dama antiga e tiramos o primeiro lugar. Os filhos do Jacob, o Zéca e o Manuel foram de gaiteiros e ficaram em segundo lugar. O sucesso foi enorme, mas maior foram as fofocas, os diz-que-me disse, os despeitos, os insultos e as zangas que ninguém mais se atreveu a promover coisa igual. Mas este baile, podem dei-

xar, é assunto para outro dia e vai render.

Ventura, diz aos Bombeiros que vou executar o pedido. Quando houver portador o enviarei. Que deixem o lugar reservado. Talvez o Manuel Golim, que vira e mexe está por aqui e por aí, seja o recoveiro. Ao ler esta nota já ficará de sobreaviso.

Por falar no Golim, este grande amigalhaço, ele e a sua Idalina vieram a nossa casa trazer as castanhas, os chouriços e o vinho do Porto. Também trouxeram de viva boca as notícias fresquinhas da terra.

As castanhas estavam uma delícia, os outros artigos estão no cofre esperando oportunidade.

Recebi uma carta do Dr. Aldo Costa Ferreira Cardoso, cirurgião dentista, de São Paulo, filho do insigne melgacense, grande escritor, Barros Ferreira, pedindo a minha colaboração.

Ele, que passou parte da infância aí na terra, na casa da Torre, que foi de sua família, pretende adquirir agora uma casa de preferência dentro da vila para aí passar as férias.

Se alguém tiver uma casa para vender e estiver interessado em negociar com ele deve escrever para:

Dr. Aldo Costa Ferreira Cardoso
Rua Herculano, 26
01257-030 São Paulo Brasil

E já que falamos em Barros Ferreira, o intelectual melgacense radicado em S. Paulo, um dia destes tirei-me de meus cuidados e fui ao Real Gabinete Português de Leitura consultar alguns livros deste nosso emérito conterrâneo que há muito já devia ter seu nome e busto aí na terra, para esboçar um artigo destinado a Raízes Lusíadas, revistas que se publica em S. Paulo. O acervo literário deste laureado escritor é bastante extenso e não será fácil fazer uma análise detalhada de sua obra, como é minha pretensão. Mas, quem sabe, talvez ainda consiga. Aconteceu que, estando naquele santuário da cultura portuguesa, parte da minha atenção estava nos livros consultados e outra parte andava passeando pelas prateleiras de obras antigas. Talvez em face daqueles alfarrábios minha memória despertou num enlevo da meninice. Existiam em casa de meu pai dois

grandes volumes de revistas encadernadas que fizeram as delícias artísticas-culturais dos filhos e creio que dos netos mais velhos, especialmente o Adolfo e Ventura. Aqueles livrões eram quase todo o património que o Augusto do Félix angariara em quatro anos de Brasil. Mas esta história do meu pai em Belém do Pará é assunto para outro dia, pois tem bastantes detalhes e pitorescos.

As tais revistas chamam-se «Brasil Portugal». No Real Gabinete tem e eu «lambusei-me» folheando aquelas raridades quase se esfarelado. Publicou-se quinzenalmente de 1898 a 1902. Em papel acetinado num trabalho gráfico primoroso, profundamente ilustrada com desenhos e fotografias que para a época eram bastante avançadas. Além dos assuntos momentosos internacionais de então a literatura e a poesia eram o ponto alto.

Eu e o meu primo Rogério copiamos muitos daqueles desenhos, o meu irmão António já tinha feito o mesmo e o meu irmão Ventura, que eu não conheci a não ser por retrato, idem.

Rogério, lembras-te do retrato de El-Rei D. Carlos que a craição copiate daquelas revistas e vendeste por três escudos ao Trauliteiro? Aquela importância não pagava o papel, «PM Fabiano», foi mais a satisfação de alguém ter adquirido um trabalho teu. Esse retrato de D. Carlos eu o vi depois, com destaque colado na parede da sala forrada de jornais, do guardasoleiro, numa visita pascal.

Desculpem mas estas reminiscências ajudam a viver.

E por aqui, as eleições no Estado do Rio de Janeiro foram anuladas. A roubalheira, safadeza foi tanta que não houve alternativas. Eu já adiantara a vocês que quem manuseava o desvio de votos era uma quadrilha e, pasmem, quem chefiava essa gangue era um pastor evangélico, candidato a deputado. Pelo que estão apurando havia preço préfixado por número de votos e o negócio já era antigo, doutras eleições.

Estou transmitindo isto porque é notícia mas ao mesmo tempo temeroso que por aí queiram copiar. Segundo dizem é moda copiar tudo que vai de fora... Até templos de seitas vocês já tem a...

Rio, 31/10/94
M. Igrejas

Política Nacional

À busca do Poder

Meu caro António Dias

O que se está a passar na política nacional é a luta pelo Poder.

O Partido Social Democrata já está no Poder desde 1985, e a Oposição, como aliás em todo o mundo democrático, não gosta de estar fora do Poder. Daqui resulta uma gritaria violenta e ensurdecadora de toda a oposição, desde a «Esquerda» à «Direita» contra o Governo presidido por Cavaco Silva.

Dá-se, até, um fenómeno político surpreendente: para a Oposição de «Esquerda» o Governo ainda não cometeu um acto bom, apesar de estrangeiros responsáveis dizerem o contrário concretizando o que dizem.

Como sabes, a competitividade exige que as empresas se modernizem e os trabalhadores se aperfeiçoem profissionalmente. Ora acontece que a modernização impõe técnica avançada e a técnica reduz a mão de obra. E temos o desemprego, que nos aflige a todos.

Mas, se não se procede à modernização, não podemos competir e, não competindo, não vendemos os produtos e, não vendendo os produtos, as empresas vão para a falência. São as consequências do progresso, da evolução, da concorrência mundial.

Compreendemos que o problema é grave e que desemboca no desem-

prego com todas as suas tragédias pessoais, familiares, e nacionais.

Há, até, na União Política Europeia e no mundo industrial um contraste espantoso: sendo os países da União Política Europeia um conjunto que enfrenta os gigantes Estados Unidos da América e do Japão, o desemprego neles é elevado e preocupante.

Vemos assim a riqueza a contrastar com a presença do mal estar económico pessoal e familiar dos trabalhadores.

Os subsídios de desemprego ajudam a ir vivendo. Mas tu que trabalhas, em França, sabes bem que os desempregados aí preferem o trabalho pago ao subsídio no desemprego.

É que o desemprego, em si, é uma chaga social e fere a própria sociedade.

Por isso se batalha por recontratar postos de trabalho para os desempregados.

Há, no entanto, economistas que afirmam que o desemprego poderá ser reduzido, mas não será eliminado.

No próximo ano há eleições para a Assembleia da República, isto é, eleições de deputados seguindo-se a do Presidente da República.

Já se batalha duro para o efeito.
Júlio Vaz

Para o Seminário Diocesano

Do nosso Concelho foram enviados mais donativos para as obras de construção do Seminário da nossa Diocese. Enviou-as:

- Paróquia de Rouças, Melgaço (1.610.000\$00) 2ª Campanha, mais 100.000\$00

- Paróquia de Melgaço, S. Paio, Melgaço (448.000\$00) 2ª Campanha, mais 60.000\$00

Tem o nosso Concelho contribuído generosamente para o Seminário Diocesano, centro de formação sacerdotal e de cultura. Bem haja.

É preciso, no entanto, acompanhar, as nossas dádivas com espírito cristão e apostólico para que tenham o fruto que desejamos no bem espiritual de todos nós.

Pensa e Age

TRABALHO

Deus é Criador, quer dizer, é causa direta ou indireta de tudo quanto existe, exceto o mal. Deus confiou ao homem a tarefa de completar e continuar a criação. Pelo trabalho o homem se dignifica, pois se torna sócio de Deus na maravilha obra da criação. Toda acção humana, digna e honesta, é colaboração com Deus na obra da criação. O merecimento não está na qualidade nem na quantidade de obras que o homem materialmente realiza mas reside na dedicação e no amor com que as faz. Agindo com amor, dedicação e com nobreza de sentimentos seremos espiritualmente grandes também nas coisas materialmente pequenas. Escreve Fernando Pessoa: «Nada é pequeno quando a alma não é pequena». A acção de Deus se prolonga e se completa no trabalho do homem realizado com grande amor. O amor com que agimos valoriza a obra que realizamos. No trabalho o homem

encontra o sustento da vida e também uma receita de boa saúde física mental
Frei Anselmo Fracasso

A vontade divina é o que deve a nossa alma procurar, deve ser fim de nossa vida. Só querer uma coisa: o que Ele próprio quiser, para mim.
Elisabete Leseur

Se tens em teus caminhos sofrimentos, é sinal de que Deus te ama e te envia provas para poderes merecer.
Pe. Aloísio Franz

O amor é a única solução para os problemas da vida.
Marden

A consciência é a presença de Deus nos homens.
Swedenborg

Insiste em ti mesmo. Nunca imites.
Emerson

A casa é o retrato de seu dono.
Antero de Figueiredo

“Na Terra de Inês Negra” P.^o Júlio Vaz

Este livro está à venda na
“Gráfica Melgacense” de
Fabiano Costa



SOLIZENDE
Soc. de Construções, Lda.

CONSTRUÇÃO E VENDA

Vila Praia de Âncora **A 200 METROS DO MAR**

Apartamentos com

- Garagem
- Antena Parabólica
- Parque Infantil
- Gás Canalizado
- Aquecimento Central
- Vistas para o mar

Escritório:
Rua 5 de Outubro, 306
Tel/Fax (058) 951655
4915 - VILA PRAIA
DE ÂNCORA